

O CONSTRUTIVISMO NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*

EMANUEL ADLER

Em nosso estado orgânico altamente complexo, nós, organismos avançados, respondemos ao ambiente com a invenção de muitos análogos maravilhosos. Inventamos terra e céus, árvores, pedras e oceanos, deuses, música, artes, línguas, filosofia, engenharia, civilização e ciência. Chamamos esses análogos de realidade. E eles são realidade. (Robert Pirsig, Zen and the Art of Motorcycle Maintenance)

Nos últimos anos, muito se escreveu na literatura acadêmica sobre o papel das idéias nas relações internacionais. Esses estudos iniciaram um debate teórico entre “racionalistas”¹ (principalmente realistas, neo-realistas e institucionalistas neoliberais) e partidários de epistemologias interpretativistas (pós-modernos e pós-estruturalistas, teóricos críticos no sentido da escola de Frankfurt² e teóricas feministas) sobre a natureza da

* “Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics”. Publicado originalmente em *European Journal of International Relations*. Tradução de Clarice Cohn.

¹ Realismo, neo-realismo, teoria dos jogos e estudos estratégicos, assim como abordagens institucionais neo-liberais, compartilham de uma abordagem racionalista dos estados, os quais são vistos como “agentes *goal-seeking* que buscam realizar seus interesses frente a um ambiente externo caracterizado pela anarquia e pelo poder de outros estados. A questão paradigmática é de como os estados realizam seus objetivos tendo em vista os limites através dos quais operam. Quando os objetivos são interdependentes, a questão assume uma forma estratégica: como poderá um estado alcançar o que deseja, dadas as preferências e capacidades dos outros?” (Caporaso, 1992: 605).

² Representada pela obra de Jürgen Habermas (1971, 1984).

realidade internacional e como os estudiosos deveriam explicá-la. Gradativamente, porém, o debate passou a se concentrar em, e ser influenciado por, argumentos da abordagem construtivista.

A abordagem construtivista tem sido descrita e explicada³, aplicada empiricamente⁴ e contrastada a outras abordagens das relações internacionais⁵. No entanto, há pouca clareza e menos ainda consenso sobre sua natureza e substância. A confiança da teoria construtivista das relações internacionais na teoria social e no vocabulário interpretativista; a crença errônea de que o construtivismo, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo são variações da mesma perspectiva “reflexivista”; a relativa escassez de pesquisa empírica construtivista anterior; e, mais importante, os debates internos sobre “do que trata realmente o construtivismo” – tudo isso tendeu a obscurecer a base científica do construtivismo, sua preferência pela ontologia e pela epistemologia frente à metodologia, e sua contribuição potencial para um melhor entendimento das relações internacionais.

É, portanto, imperativo que se tente juntar as peças e estabelecer uma explicação sintética da abordagem construtivista. É igualmente imperativo que se justifique a abordagem construtivista em bases ontológicas e epistemológicas e se mostre como elas levam a novos meios teóricos e empíricos de compreensão das relações internacionais. Mais do que isso, há uma necessidade real de distinguir entre as reivindicações do construtivismo e aqueles levantados pela representação dos interpretativistas mais radicais e/ou por racionalistas (na maioria neo-liberais) do papel das idéias nas relações internacionais. Até o momento, a maioria das descrições construtivistas deixou de enfatizar a importância de fatores *sócio-cognitivos* e apenas começou a reconciliar teoria e pesquisa *sistemáticas* das ciências sociais com o papel jogado pela interpretação na vida social.

Finalmente, faz-se crucial esclarecer, de uma vez por todas, que o centro do debate sobre o construtivismo não é sobre ciência *versus* interpretação literária ou “relatos”, mas sobre a própria natureza da ciência social e, portanto, da disciplina de relações internacionais. Em outras

³ Wendt (1992, 1994a, 1995).

⁴ Veja-se, como exemplo, Adler (1992), Barnett (1995), Finnemore (1996a, 1996b), Katzenstein (1996b), Klotz (1995), Price (1995), Price e Tannewald (1996), Risse-Kappen (1995), Weaver (1995).

⁵ Adler e Barnett (1996), Katzenstein (1996a), Wendt (1992).

palavras, a questão contrapõe uma concepção naturalista de ciência, quase inteiramente baseada em filosofias da ciência concorrentes e teorias que a física há muito abandonou, a uma concepção de ciência social que é – *social*. Uma metáfora pode ajudar a ilustrar esse argumento.

Suponha que você arremesse uma pedra ao ar. Ela pode ter apenas uma resposta às forças físicas externas que agem sobre ela. Porém, se você arremessar um pássaro ao ar, ele pode voar para uma árvore. Embora as mesmas forças físicas ajam sobre o pássaro e a pedra, uma quantidade massiva de processamento interno de informação afeta o comportamento do pássaro (Waldrop, 1992: 232). Finalmente, pegue um grupo de pessoas, uma ou várias nações e metaforicamente os arremesse ao ar. Para onde, como, quando e porquê eles vão não é inteiramente determinado por forças ou constrangimentos físicos; no entanto, de mesmo modo não depende inteiramente de preferências pessoais e escolhas racionais. Depende também de seu conhecimento compartilhado, do significado coletivo que eles atribuem à situação, de sua autoridade e legitimidade, das leis, instituições e recursos naturais que eles usam para achar seu caminho, de suas práticas, ou mesmo, algumas vezes, de sua criatividade conjunta.

A primeira seção desse artigo fornece uma breve introdução do “construtivismo” como uma abordagem no “meio termo” das relações internacionais. A seção seguinte estabelece as bases sociais e epistemológicas da abordagem construtivista. Os temas discutidos nessa seção não se restringem à ontologia e à epistemologia; eles dizem muito também sobre o que pensamos sobre o mundo. Na terceira seção, contraponho o construtivismo ao racionalismo e ao pós-estruturalismo e justifico seu posicionamento no meio termo. Demonstro ainda a existência de métodos adequados de pesquisa empírica sobre a construção social das relações internacionais. Na quarta seção, mostro como a evolução cognitiva – uma aplicação dinâmica do pensamento construtivista às relações internacionais – pode aprimorar nosso entendimento do mundo. Finalmente, ofereço algumas sugestões para uma agenda de pesquisa construtivista.

CONSTRUTIVISMO: O MEIO TERMO

Realistas (Kaplan, 1957; Morgenthau, 1960) e neo-realistas (Gilpin, 1981; Waltz, 1979), despreocupados com as ofensivas “idealistas”

sazonais que irrompem no debate sobre as relações internacionais, e munidos por filosofias da ciência positivistas⁶ e exclusivamente materialistas (com a exceção, talvez, de Mearsheimer, 1994/5), têm relutado em se engajar em polêmicas ontológicas e epistemológicas. Eles preferem explicar as relações internacionais como simples respostas comportamentais às forças da física que atuam em objetos materiais a partir do exterior⁷.

Do outro lado da divisa, pós-modernos e pós-estruturalistas (Ashley e Walker, 1990; Der Derian e Shapiro, 1989), teóricos críticos (Cox, 1986; Hoffman, 1987; Linklater, 1989, 1996) e teóricos feministas (Runyan e Peterson, 1991; Tickner, 1992) constróem uma filosofia da ciência relativista⁸ e uma sociologia interpretativista do conhecimento⁹; eles propõem que se debata a natureza das relações sociais internacionais e que se discuta meios para seu estudo porque, no mundo social e interpretado em que (como eles o vêem) vivemos, apenas as idéias importam e podem ser estudadas.

O dilema epistemológico e ontológico chave que foi levantado pelas abordagens relativistas é descrito como o “círculo hermeunético” – sempre que alguém tenta estabelecer uma certa leitura para um texto ou expressão, cita outras leituras como base para a sua. Portanto, não se pode jamais fornecer uma explicação racional para uma situação social e condena-se a declarar entendimentos comuns da linguagem que está envolvida. O dado empírico – o que Charles Taylor chamou de “dado bruto” – tornou-se apenas mais uma interpretação, aberta a questionamentos por outras interpretações ou leituras (Taylor, 1979: 30).

Institucionalistas neo-liberais evitam inteligentemente esse dilema ao seguir a máxima weberiana de que interesses materiais e ideais, mais do que idéias, governam diretamente a conduta humana. Frequentemente,

⁶ Positivismo envolve: a) “um compromisso com uma visão unificada de ciência e a adoção de metodologias das ciências naturais para explicar o mundo social”; b) “a visão de que há uma distinção entre fatos e valores e, além disso, de que ‘fatos’ são neutros à teoria”; c) “uma forte crença na existência de regularidades no mundo social assim como no natural. Isso, obviamente, abarca as formas “dedutiva-nomológica” e “estatística-indutiva” de cobrir a explicação por leis”; e d) “uma grande confiança de que seja a validação ou falsificação empírica a marca da investigação ‘real’” (Smith, 1996: 11, 16).

⁷ “Behaviorismo: ‘a vida não é mais que o movimento dos membros’ para todos os efeitos para os propósitos da ciência social” (Hollis, 1996: 304).

⁸ A “tese de que o mundo natural e evidências como as que temos do mundo pouco ou nada fazem para constranger nossas crenças” (Laudan, 1990: viii).

⁹ Como a “etnometodologia” (Garfinkel, 1984), toma o conhecimento como uma realização coletiva (Barnes, 1995).

porém, “as ‘imagens do mundo’ que foram criadas por idéias, como guarda-chaves, determinam os rumos através dos quais a ação é impulsionada pela dinâmica do interesse” (Weber, 1958: 280).

Assim como os realistas, os institucionalistas neo-liberais consideram o comportamento como sendo afetado por forças físicas externas. Como os interpretativistas, porém, fazem uma concessão às “idéias”, as quais definem, seguindo abordagens psicológicas (principalmente cognitivas)¹⁰, como “crenças mantidas por indivíduos”. Em seguida, assumindo uma perspectiva de escolha racional do processamento de informações, explicam como as crenças individuais podem afetar as escolhas e os resultados políticos (Goldenstein e Keohane, 1993b: 3). Assim, ao transformar idéias ou conhecimentos *individuais* em “variáveis” que têm muitos efeitos causais nas escolhas políticas, os institucionalistas neo-liberais acreditam poder estabelecer um meio termo entre as abordagens realista (positivista) e interpretativista (relativista ou pós-positivista).

Esse artigo argumenta que o meio termo entre abordagens racionalista e interpretativista relativista não é ocupado por uma versão interpretativista do racionalismo ou por alguma variante do “refletivismo” como descrito por Keohane¹¹, assim como não o é por toda sorte de teorias críticas retratadas de modo impreciso por Mearsheimer (1994/5), mas, na realidade, pelo *construtivismo*¹².

Construtivismo é a perspectiva segundo a qual *o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material.*

¹⁰ Por “cognitivas” quero dizer abordagens que estudam crenças políticas e sistemas de crenças nas relações internacionais por uma perspectiva que toma os atos humanos individuais de cognição, tal como as percepções, por variáveis independentes que explicam o comportamento na política externa. Veja-se, por exemplo, Hermann (1988). A maioria dos trabalhos em psicologia cognitiva, no entanto, tomou os modelos de inferência humana como normativos, no sentido de que os julgamentos que desviam sistematicamente desses modelos são vistos como mal-entendidos (Jervis, 1979) ou como “errôneos”, indicando um viés no processo de inferência subjacente (Kaheman et al., 1982). Para uma introdução a esse campo, veja Smith (1988) e Tetlock e McGuire (1986).

¹¹ Keohane (1988) se utiliza do termo “reflexivista” [“reflectivist”] para descrever todos os estudiosos de relações internacionais interpretativistas, inclusive construtivistas, os quais ele acredita antitéticos à abordagem racionalista.

¹² Veja-se, por exemplo, Adler (1991a), Barnett (1993, 1995), Finnemore (1996a, 1996b), Katzenstein (1996a), Klotz (1995), Kratochwil (1989), Kratochwil e Ruggie (1986), Onuf (1989), Risse-Kappen (1995), Ruggie (1983, 1993), Wendt (1992, 1994a, 1995, no prelo).

O construtivismo mostra que mesmo nossas instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos; que elas são estruturas reificadas que foram um dia consideradas *ex nihilo* pela consciência humana; e que esses entendimentos foram subsequentemente difundidos e consolidados até que fossem tidos como inevitáveis. Além disso, os construtivistas acreditam que a capacidade humana de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e compreendem. Assim, os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder.

A importância e o valor do construtivismo para o estudo das relações internacionais repousa basicamente em sua ênfase na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo e nas implicações metodológicas e epistemológicas dessa realidade. Os construtivistas acreditam que as relações internacionais consistem primariamente em fatos sociais, os quais são fatos apenas por acordo humano. Ao mesmo tempo, os construtivistas são “realistas ontológicos”; acreditam não apenas na existência do mundo material como que “esse mundo material oferece resistência quando agimos sobre ele” (Knorr Cetina, 1993: 184). Assim, o construtivismo é uma tentativa, mesmo que tímida, de construção de uma ponte entre as intensamente separadas filosofias da ciência social positivista/materialista e idealista/interpretativista¹³.

O construtivismo, em oposição ao realismo ou ao liberalismo, não é uma teoria da política *per se*. Ele é, na realidade, uma teoria social na qual as teorias construtivistas de política internacional – como por exemplo, sobre a guerra, a cooperação e a comunidade internacional – se baseiam. O construtivismo pode iluminar características importantes da política internacional que eram antes enigmáticas e tem implicações *práticas* cruciais para a teoria internacional e as pesquisas empíricas.

O construtivismo desafia apenas os fundamentos ontológicos e epistemológicos do realismo e do liberalismo. Não é anti-liberal ou anti-realista por convicção; não é pessimista ou otimista por vocação. Conseqüentemente, o construtivismo representa a primeira oportunidade

¹³ O modo como pensamos em relações internacionais não deixa de ser relacionado ao que acreditamos sobre o conhecimento de um modo geral, a ciência e o entendimento humano. Para uma introdução à filosofia da ciência, veja Chalmers (1994), Hacking (1981, 1983) e Harré (1972).

real de criação de uma teoria sintética das relações internacionais desde que E. H. Carr (cuja “obra emerge do importante meio termo entre absolutismo e relativismo” [Howe, 1994: 287]) estabeleceu seus fundamentos, logo antes da Segunda Guerra Mundial (Carr, 1964). Se for possível que se persuada que os entendimentos normativos e coletivos causais são reais, na medida em que eles têm consequências para os mundos físico e social, será muito mais fácil argumentar que tanto a compreensão da política mundial quanto o progresso da disciplina podem depender da construção de uma síntese sócio-cognitiva que se forma nas dimensões material, subjetiva e intersubjetiva do mundo¹⁴.

EPISTEMOLOGIA SOCIAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Materialismo e Idealismo

Steven Woolgar descreve três perspectivas para o debate ontológico e epistemológico sobre a realidade das idéias: (1) a reflexiva; (2) a constitutiva; e (3) a mediativa (Woolgar, 1983). Para os refletivistas, a realidade é independente da cognição, mas pode ser acuradamente representada em descrições verdadeiras. Os constitutivistas, por outro lado, embora não neguem a existência da realidade material, acreditam que ela não pode ser conhecida além da linguagem humana. Já que “nós não temos meios de decidir quais afirmativas correspondem à realidade a não ser por outras afirmativas, não faz sentido assumir a existência independente de uma realidade externa logo de saída” (Fuchs 1992: 27). Portanto, os filósofos e sociólogos constitutivistas adotam a posição relativista, na qual apenas a organização do discurso realmente importa.

Finalmente, os “mediativistas” são realistas ontológicos que acreditam que a realidade é afetada pelo conhecimento e por fatos sociais. “A realidade existe independente de nosso julgamento, mas não o determina inteiramente” (Fuchs 1992: 27). Mais especificamente, uma perspectiva mediativista significa que a realidade social emerge da atribuição de sentido e funções a objetos físicos; entendimentos coletivos, como as normas,

¹⁴ Martin Hollis e Steve Smith (1990: 196-216) argumentam que essa síntese é impossível. Para uma introdução acessível às filosofias da ciência e à sociologia do conhecimento interpretativistas aplicadas às relações internacionais, veja Hollis e Smith (1990). Um estudo introdutório particularmente bom é o de Doyal e Harris (1986).

fornecem um propósito aos objetos físicos e portanto ajudam a constituir a realidade.

A maioria dos estudiosos das relações internacionais seguem a primeira perspectiva de Woolgar¹⁵; são materialistas e positivistas que acreditam, como Stephen Krasner (1993), que as idéias não constroem e estruturam a realidade social, mas apenas refletem o mundo material e servem para justificar causas materiais. Outros estudiosos, tal como Goldstein e Keohane (1993a), sugerem que, no interior desse mundo material, as crenças mantidas pelos indivíduos podem determinar parcialmente os resultados políticos.

Estudiosos de relações que se auto-identificam como pós-modernos ou pós-estruturalistas abraçam a perspectiva constitutiva e propõem a análise textual e de discurso como a base para a compreensão das relações internacionais¹⁶. Assim, a realidade “não pode ser nada mais que um texto, uma construção simbólica que é, ela mesma, referente a outros textos – não à história ou à estrutura social – de modo arbitrário” (Alexander, 1995: 103)¹⁷.

Por outro lado, os construtivistas, que (como os pós-modernos e os pós estruturalistas) seguem uma perspectiva interpretativista, abraçam a posição mediativa. Embora aceitem a noção de que há um mundo real, acreditam no entanto que ele não é inteiramente determinado pela realidade física e é socialmente emergente¹⁸. Mais importante, acreditam que as

¹⁵ Não me utilizo do termo “reflexivo” [“reflective”] porque Keohane (1988) o usou para descrever os estudiosos de instituições internacionais que assumem uma perspectiva interpretativista.

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Der Derian e Shapiro (1989).

¹⁷ “Na realidade, os textos não podem ser aceitos, eles próprios, como representações, mesmo se de referentes significativos arbitrários. Compostos não apenas de presenças, mas de ausências, os textos não existem como todos completos” (Alexander, 1995: 103)

¹⁸ Emergência, um conceito cada vez mais importante em física, significa que os sistemas físico e biológico são parcialmente indeterminados (mesmo que obedeçam a leis); assim sendo, quando ultrapassam um patamar de complexidade, podem se reorganizar espontaneamente em estruturas mais complexas, auto-sustentáveis e auto-reprodutivas. “O clima é uma propriedade emergente: leve seu vapor de água até o Golfo do México e o deixe interagir com o sol e o vento; ele pode se reorganizar em uma estrutura emergente chamada ciclone. A vida é uma propriedade emergente, o produto de moléculas de DNA, de proteína e de uma miríade de outros tipos de moléculas, todas elas obedecendo às leis da química” (Waldrop, 1992: 82; veja também Kauffman, 1995: 24). No mundo social, tomo emergência como significando que “ao contrário do passado, que é fechado, o futuro está ainda aberto à influência; não está ainda completamente determinado” (Popper, 1982a: 56,130). Em outras palavras, o mundo social é emergente porque nós humanos o podemos afetar reflexivamente, e com frequência surpreendentemente, com o conhecimento humano formulado. Falando metaforicamente, portanto, o conhecimento humano pode produzir instabilidades que geram a propensão à auto-organização.

identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo.

A origem individual ou social das ações humanas

O debate revisto acima levanta outra questão – se as idéias afetam a realidade física e não apenas a refletem, a cognição se basearia na esfera individual ou social? A resposta para essa questão ontológica determinará, provavelmente, a resposta às seguintes questões epistemológicas: devemos explicar a ação humana com base na motivação individual e na interação causal de agentes intencionados¹⁹ ou devemos explicar a cognição e a ação individual como uma função de forças sociais ou da estrutura social²⁰?

Jon Elster, por exemplo, aderiu ao individualismo não apenas no domínio metodológico mas também no ontológico e epistemológico (Hollis e Smith, 1991: 404). “A unidade elementar da vida social”, argumenta, “é a ação humana individual. Explicar instituições sociais e mudança social é mostrar como elas têm origem na ação e na interação dos indivíduos” (Elster, 1989: 13). Para ele, a explicação nas ciências sociais, melhor alcançada por uma combinação das teorias de escolha racional e dos jogos, envolve a explicação da ação individual intencional simultaneamente à explicação causal da interação entre indivíduos. Envolve também a causalidade sub-intencional – processos que explicam as “operações mentais que não são governadas pela vontade ou intenção” (Elster, 1983: 20, 84).

Por outro lado, Emile Durkheim acreditava que idéias como as representações religiosas “são representações coletivas que expressam realidades coletivas” (Durkheim, 1965: 22). Em poucas palavras, Durkheim acreditou que os fatos sociais não podiam ser reduzidos à cognição individual e demandavam uma explicação social.

A teoria da estruturação de Giddens, no entanto, argumenta que “as propriedades dos agentes e das estruturas são ambas relevantes para a explicação do comportamento social” (Hollis e Smith, 1991: 396). Ela explica as instituições sociais e a mudança social como o resultado de uma “dualidade de estrutura”, ou seja, “a reversibilidade essencial da vida

¹⁹ Para o individualismo metodológico, veja Weber (1968) e Elster (1983, 1989).

²⁰ Veja-se, por exemplo, Berger e Luckmann (1966), Durkheim (1965), Fleck (1979), Kuhn (1970), Peirce (1992), Schultz (1962), Winch (1958) e Wittgenstein (1953).

social, constituída por práticas sociais: a estrutura é tanto o meio como o resultado da reprodução das práticas. A estrutura entra simultaneamente na constituição do agente e das práticas sociais, e ‘existe’ nos momentos originais dessa constituição” (Giddens, 1979: 5)²¹.

Os agentes de Anthony Giddens estão, no entanto, longe de serem “idiotas” estruturais. São os construtores sociais de suas próprias práticas e estruturas e têm identidades, direitos e obrigações (para citar apenas alguns) em suas próprias consciências. Agem de acordo com regras institucionalizadas, mas também de acordo com seu interesse (Cohen, 1987: 302).

Os construtivistas acreditam que também as “idéias” têm características estruturais. Em primeiro lugar, as idéias – entendidas mais genericamente como conhecimento coletivo institucionalizado em práticas – são o meio e o propulsor da ação social; definem os limites do que é cognitivamente possível ou impossível para os indivíduos. Simultaneamente, práticas baseadas em conhecimento são o resultado de indivíduos que interagem e que agem propositadamente com base em suas idéias, crenças, julgamentos e interpretações pessoais. O objetivo principal do construtivismo é, portanto, fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas de instituições sociais e da mudança social com o auxílio do efeito combinado de agentes e estruturas sociais.

Verstehen como epistemologia e como realidade

Já estabeleci que, em relação tanto à ontologia quanto à epistemologia, os construtivistas se colocam entre duas interseções – aquela entre o materialismo e o idealismo, e aquela entre a agência individual e a estrutura social. Outro fator que faz com que os construtivistas estejam no meio termo é sua noção de intersubjetividade. Para esclarecer essa noção, devemos iniciar com a interpretação, ou *Verstehen*. A noção de *Verstehen* de Max Weber situou o problema da explicação das ações sociais em um quadro interpretativista, o que nos leva a “especificar que há um significado tanto no ‘comportamento dos outros’ como no ‘julgamento’ que o indivíduo que atua faz desse comportamento. Isso nos leva diretamente ao

²¹ Para aplicações da teoria da estruturação às relações internacionais, veja Carlsnaes (1992), Dessler (1989), Wendt (1987). De acordo com Wendt (1987), a teoria da estruturação “diz algo sobre que tipo de entidades há no mundo social e como sua relação deve ser conceitualizada, ... mas não nos diz que tipos específicos de agentes ou que tipos específicos de estruturas devemos esperar em um dado sistema social concreto” (Wendt, 1987: 355).

tema hermenêutico central de que *a ação deve ser sempre entendida de dentro*” (Hollis e Smith, 1990: 72, grifo no original; Weber, 1968).

Racionalistas, como Goldenstein e Keohane (1993a), assim como os estudiosos da psicologia política, como Robert Jervis (1976), reconhecendo, como Weber, a necessidade do estudo do significado, ou “do que está na cabeça das pessoas”, tomam a *Verstehen* como um problema epistemológico. Sendo assim, eles a definem como “a interpretação do significado pelo entendimento empático e o reconhecimento de padrão” por um observador (Goldstein e Keohane, 1993b: 27). Porém, o problema torna-se logo o de explicação e metodologia, porque, “a não ser que o julgamento do intérprete seja avaliado de acordo com padrões sistemáticos de avaliação da qualidade das inferências, ele permanece apenas a visão pessoal do observador” (Goldstein e Keohane, 1993b: 27).

Os filósofos e sociólogos relativistas²², ao contrário, não acreditam que o problema da interpretação seja solucionável por meio de métodos sistemáticos de ciências sociais. Se “a idéia que temos do que pertence ao domínio da realidade nos é dada pelos conceitos que utilizamos” (Winch, 1958: 15), não podemos conhecer o mundo independentemente da linguagem que utilizamos. Segue-se que os cientistas sociais estão condenados a interpretar discursos, considerados como o único meio de entrar nos círculos hermenêuticos dos significados compartilhados – ou, nos termos de Wittgenstein, de “formas de vida” (Wittgenstein, 1953). Os pós-modernos, em particular, seguem o princípio de que, se não se sabe se há uma realidade objetiva, não se deveria perder tempo em sua procura²³.

O construtivismo não se origina das implicações relativistas da epistemologia interpretativista, mas das implicações ontológicas da *Verstehen*²⁴. Para entender as implicações ontológicas de *Verstehen*, deve-

²² Wittgenstein (1953), Winch (1958) e Willard Quine (1961); teóricos críticos como Jürgen Habermas (1971, 1984); e pós-modernos como Michel Foucault (1970) e Jacques Derrida (1978).

²³ Por outro lado, embora Jürgen Habermas (1984), quem melhor representa a Escola da Teoria Crítica, veja o simples objetivismo do positivismo como um engano, ele, no entanto, acredita que haja “fundamentos seguros para o conhecimento, e que algumas versões do mundo social são mais objetivas do que outras” (Smith, 1996: 36).

²⁴ A fenomenologia de Edmund Husserl (1962), o conceito de *Dasein* (estar-no-mundo) de Martin Heidegger (1962), os estudos dos significados do senso comum da vida cotidiana de Alfred Schultz (1962), a construção “interacionista simbólica” da realidade social de George H. Mead (1934), a “etnometodologia” ou o estudo empírico das práticas de Harold Garfinkel (1984), os estudos de Peter Berger e Thomas Luckmann (1966) dos processos pelos quais corpos de conhecimentos tornam-se socialmente estabelecidos como realidade, e a descrição densa de “culturas” de Clifford Geertz, para mencionar apenas algumas.

mos começar pela noção de que o que os cientistas querem saber, interpretar ou explicar já foi interpretado pelo mundo social. *Verstehen* é, portanto, não apenas um método utilizado pelos cientistas sociais, mas também as interpretações, as práticas e as instituições coletivas dos próprios atores (Schultz, 1977: 231). *Verstehen*, de fato, é a realidade social. Pode ser um conjunto de normas, ou entendimentos científicos consensuais, ou a prática da diplomacia, ou o controle de armas. Todas essas estruturas de conhecimento são continuamente constituídas e reproduzidas pelos membros da comunidade e por seu comportamento. No entanto, simultaneamente, elas determinam as fronteiras entre as quais esses agentes determinam o real ou o irreal.

Intersubjetividade

Segue-se das implicações ontológicas de *Verstehen* que os significados intersubjetivos não são simplesmente o agregado das crenças dos indivíduos que têm a experiência e interpretam o mundo conjuntamente. Mais do que isso, há um conhecimento coletivo “que é compartilhado por todos aqueles capazes de se comprometer com ou reconhecer o desempenho apropriado de uma prática social ou de um conjunto de práticas” (Cohen, 1987: 287). Esse conhecimento persiste além da vida dos atores sociais individuais, incrustados em rotinas e práticas sociais, enquanto são reproduzidos por interpretes que participam em sua produção e desenvolvimento. Os significados intersubjetivos têm atributos estruturais que não apenas limitam ou capacitam atores. Eles definem também sua realidade social²⁵.

Simultaneamente, o conceito de intersubjetividade não pressupõe a existência de uma mente coletiva nem desmente a noção de que os indivíduos têm propósitos e intenções. Antes, tem base na noção de que “cada um de nós tem seus próprios pensamentos; compartilhamos nossos conceitos com nossos semelhantes” (Toulmin, 1972: 35). De modo similar, quando as pessoas atuam em conjunto, “a intencionalidade individual de cada pessoa deriva da intencionalidade coletiva de que compartilha” (Searle, 1995: 25).

²⁵ “Em outras palavras, os significados intersubjetivos afetam quase casualmente certas ações, não por as determinar direta ou inevitavelmente, mas por torná-las plausíveis ou implausíveis, aceitáveis ou inaceitáveis, concebíveis ou inconcebíveis, respeitáveis ou duvidosas” (Yee, 1996: 97).

A realidade intersubjetiva, portanto, existe e persiste graças à comunicação social. O mundo social “é intersubjetivo porque nós vivemos nele (...) compreendendo os outros e sendo compreendido por eles” (Schutz, 1964: 10). A noção de Karl Deutch de comunidades de segurança – grupos de pessoas que compartilham um ambiente comunicativo e, conseqüentemente, compartilham valores, responsabilidades (um “sentimento do nós”) e confianças mútuas – se aproxima da idéia da intersubjetividade. Assim como Benedict Anderson, ao chamar as nações de “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991). As “comunidades imaginadas” não são apenas a soma das crenças de um grupo nacional; a despeito da existência física dos indivíduos, elas existem em símbolos, práticas, instituições e discursos. Elas são reais sob a perspectiva de suas conseqüências para o mundo subjetivo dos membros da comunidade, tanto quanto para o mundo físico.

Não posso aqui aprimorar a descrição feita por Karl Popper da realidade intersubjetiva e sua noção de “Mundo 3”. Popper dividiu o universo em três sub-universos, aos quais chamou de Mundo 1, Mundo 2 e Mundo 3. “Mundo 1 é o mundo de todos os corpos, forças e campos de forças físicas; e também dos organismos, de nosso corpo e de suas partes”. O Mundo 2 é o mundo subjetivo “das experiências conscientes, de nossos pensamentos, nossos sentimentos de alegria ou depressão, nossos objetivos, nossos planos de ação”. O Mundo 3 é o mundo da cultura, ou dos produtos da mente humana, “e especialmente o mundo de nossas línguas: nossas histórias, nossos mitos, nossas teorias explicativas,... de nossas tecnologias,... da arquitetura e da música”. Ele adquire sua realidade ontológica porque “um pensamento, assim que formulado em uma linguagem, torna-se um *objeto* que nos é externo. Esse objeto pode então ser *criticado* inter-subjetivamente – por outros ou por nós mesmos” (Popper, 1982a: 118; 1982b: 53-4). Sendo os objetos do Mundo 3 gerados coletivamente, sua realidade se dá também pelo fato de que eles podem ter conseqüências reais, sejam intencionais ou não.

A chave para entender a realidade do Mundo 3 (chamado por Searle de fatos institucionais ou sociais) “é a imposição intencional de função pela coletividade a entidades que não podem realizar essa função sem essa imposição” (Searle, 1995: 41). Portanto, Deus não pode ver o dinheiro ou a propriedade privada. Ao invés disso, ele *nos* veria *tratando* alguns objetos como dinheiro ou como propriedade privada. Em outras palavras, Searle defende o óbvio mas pouco reconhecido argumento de que “há partes do mundo real, fatos objetivos do mundo, que são fatos apenas por consentimento humano” (Searle, 1995: 1, 12).

O Mundo 3 não pode existir sem os objetos do Mundo 1 – “praticamente qualquer substância pode ser dinheiro, mas o dinheiro não existe sem uma forma física” (Searle, 1995: 34). No entanto, a passagem do Mundo 1 ao Mundo 3 é linguística, já que, uma vez que uma função é imposta a uma entidade física, “ela passa a simbolizar outra coisa... Essa passagem só pode se dar apenas se coletivamente representada como existente. A representação coletiva é pública e convencionada, e requer um veículo” (Searle, 1995: 74-5).

Além disso, argumenta Searle, “os fatos institucionais existem apenas no interior de sistemas com regras constitutivas” (Searle, 1995: 28)²⁶. Por exemplo, quando dizemos que “esse e aquele pedaço de papel contam como dinheiro, temos genuinamente uma regra constitutiva, porque... ‘esse e aquele pedaço de papel’ [não são suficientes para serem considerados como dinheiro, nem] especificam características causais que pudessem ser suficientes para capacitá-lo a funcionar como dinheiro sem o consentimento humano” (Searle, 1995: 44).

A abordagem construtivista da ciência

Baseado na filosofia da ciência pragmática²⁷, o construtivismo transforma a interpretação em uma parte intrínseca do empreendimento científico que objetiva explicar a construção social da realidade. Esse pragmatismo, que deveria ser ainda mais relevante às ciências sociais que às naturais, nega a noção cartesiana de que devemos escolher entre o objetivismo e o relativismo. Ele sublinha o papel de escolha, deliberação, julgamento e interpretação pelas comunidades de cientistas que mergulham em um tipo de persuasão racional que deve buscar modelos de prova dedutiva ou generalização indutiva, embora não possa ser sempre assimilada a eles (Bernstein, 1985).

Os construtivistas acreditam que “a razão é uma prática fundada na ciência; quando os cientistas argumentam sobre a verdade, referem-se não a uma realidade supra-social mas a essa razão fundada – às ‘melhores razões científicas possíveis que se possa dar’” (Alexander, 1995:

²⁶ Seguindo Rawls (1955), Searle (1995: 27-8) distingue regras regulativas e constitutivas. As regras regulativas regulam atividades já existentes. Por outro lado, as regras constitutivas “criam a possibilidade mesmo de certas atividades. Assim, as regras do xadrez não regulam uma atividade pré-existente... Antes, as regras do xadrez criam a possibilidade mesmo do jogo de xadrez”

²⁷ James (1975), Bernstein (1985), Peirce (1992) e Putman (1995).

112). Diferentemente dos ideólogos, no entanto, os cientistas decidem sobre crenças de acordo com regras, normas e definições algo rigorosas (Vasquez, 1995: 228). Portanto, como as pessoas em geral, que aceitam as regras não apenas porque querem ser compreendidos mas porque reconhecem sua validade, os cientistas podem também reconhecer de modo razoável a validade das tradições científicas (Alexander, 1995: 117). A razão pode guiar os cientistas na imersão em algum ponto do círculo hermenêutico e produzir a melhor explicação disponível²⁸.

O pragmatismo é um corretivo útil para as tentativas dos relativistas de deslegitimar a ciência como um todo. Mas é também um corretivo útil frente aos positivistas, que julgam o construtivismo com um critério que favorece o racionalismo e são eles próprios alvo das críticas construtivistas (Smith, 1996: 13).

A abordagem sociológica do construtivismo (Katzstein, 1996a) é consistente com o pragmatismo. Para começar, construtivismo significa estudar como aquilo que os agentes consideram racional tem efeitos nos empreendimentos e nas situações humanas coletivas. Essa posição nos obriga a “descobrir o que os atores do palco internacional pensam que estão fazendo” (Hollis, 1996: 305). Mas, porque as intenções e motivações das pessoas são afetadas por o que acreditamos intersubjetivamente, qualquer “tentativa para entender os significados intersubjetivos incrustados na vida social é ao mesmo tempo uma tentativa de explicar porque as pessoas agem como o fazem” (Gibbons, 1987: 3).

O que levanta a questão da causalidade. No mundo físico, as relações causais conectam entidades e ocorrências em estruturas e padrões. No mundo social, porém, leis deterministas são improváveis; a profissão de fé heróica de que as formas sociais “determinam” a ação humana, ou a assunção ontologicamente incompleta de que a ação individual “determina” as formas sociais devem, ambas, ser rejeitadas²⁹. O construtivismo adota uma noção de causalidade social que toma as *motivações como causas* (Davidson, 1963), já que “fazer algo por motivos significa aplicar um entendimento do ‘o que é requerido’ em um conjunto dado de circunstâncias” (Giddens, 1984: 345). No

²⁸ Agradeço a Cecilia Lynch por esse ponto.

²⁹ Quando aplicam uma visão naturalista e determinista de causalidade científica à ciência social, os positivistas deveriam notar o fato de que, no início dos anos 1930, ela foi substituída na física pela concepção de que as relações subatômicas são inerentemente estocásticas. E que, “nas décadas recentes, uma visão inteiramente nova de incerteza ou chance surgiu sob o rótulo da teoria do caos” (Ruggie, 1995: 94).

entanto, porque as pessoas fazem “o que é requerido” com base em “normas e regras que têm origem em circunstâncias históricas e culturais” (Harré e Gillet, 1994: 33), as normas e as regras estruturam e, portanto, *constituem socialmente* – “causam” – o que as pessoas fazem; ou seja, formam atores com uma direção e objetivos para a ação (Finnemore, 1996a: 28).

Segue-se que a causalidade na ciência social envolve a especificação da sequência de tempo e da relação entre o fenômeno social que queremos explicar e as condições anteriores, nas quais as pessoas fazem coisas conscientemente e com frequência racionalmente por razões que são socialmente constituídas por suas interpretações coletivas do mundo exterior e das regras sobre as quais agem (Baskhar, 1982; Carlsnaes, 1992; Finnemore, 1996a: 28-9; Giddens, 1984). Essa relação é demonstrada com base não apenas na persuasão lógica, mas também em narrativas históricas detalhadas que envolvem análises dos agentes e suas razões e as estruturas sócio-cognitivas que auxiliam na constituição de suas práticas e de seu comportamento. Aprender tanto sobre as razões dos atores quanto sobre as regras que governam sua prática “capacita-nos a melhorar as previsões sobre o comportamento daqueles que agem de acordo com elas. Portanto, determinar o significado das ações nos dá algum conhecimento sobre causas” (Rosenberg, 1988: 87).

ENTRE O RACIONALISMO E O RELATIVISMO

Para resumir a argumentação apresentada sobre o posicionamento do construtivismo no meio termo ontológico, e para montar o palco da comparação do construtivismo, do racionalismo e das teorias relativistas das relações internacionais, sugiro que se faça uma revisão da matriz formulada por Alex Wendt das teorias das relações internacionais (Wendt, no prelo), na qual os vetores são o realismo (materialismo) ou idealismo e holismo ou individualismo. Nessa matriz, Wendt situa o construtivismo ao lado do pós-modernismo e pós-estruturalismo, todos ocupando o mesmo quadro estruturalista-idealista. O construtivismo está no meio termo porque se interessa em entender como os mundos *material*, subjetivo e intersubjetivo interagem na construção social da realidade, e porque, mais do que considerar exclusivamente como as estruturas constituem as identidades e os interesses dos agentes, ele pretende também explicar como, antes de tudo, os *agentes individuais* constroem socialmente essas estruturas. Consequentemente, o construtivismo pertence ao centro da matriz, no ponto denso em que todas as linhas se intersectam (veja figura 1).

FIGURA 1 - A POSIÇÃO ONTOLÓGICA DO CONSTRUTIVISMO.**(A) MAPA DE ALEX WENDT DA TEORIA INTERNACIONAL**

Holismo	Teoria dos sistemas mundiais	Marxismo gramsciano
	Materialismo da segurança	Escola inglesa
	[Neo-realismo]	Sociedade global
		Pós-modernismo
		Construtivismo
Individualismo	Realismo clássico	Liberalismo
		Neo-liberalismo
		Liberalismo de idéias
	Realismo [Materialismo]	Idealismo

(B) O MEIO-TERMO CONSTRUTIVISTA

Estruturalismo	
	Construtivismo
Individualismo	
	Idealismo
	Materialismo

As teorias das relações internacionais realista, neo-realista e da dependência nos dois quadrantes esquerdos baseiam-se em uma ontologia puramente materialista (estrutural ou individualista), e portanto, não nos interessam aqui. As teorias neo-liberais, porém, situadas basicamente no quadrante direito inferior, sugerem que as idéias individuais realmente importam. Atuando nos bastidores das essências fixas dos interesses materiais, as idéias afetam as escolhas feitas pelos estados e podem auxiliar na resolução de problemas de bens coletivos e levar à cooperação internacional (Keohane, 1984; Goldstein e Keohane, 1993b). Os pressupostos ontológicos do neo-liberalismo, no entanto, produzem uma perspectiva epistemológica *minimalista* e, portanto, fraca. De acordo com o neo-liberalismo, as idéias operam no interior de limites estruturais, de modo que elas podem afetar apenas as escolhas sobre o mundo material; os interesses são exógenos à interação. Consequentemente, a epistemologia neoliberal perde grande parte da “ação”, ou seja, a constituição das identidades e dos interesses dos atores pelas estruturas cognitivas coletivas.

A epistemologia neo-liberal é também limitada por sua confiança exclusiva no individualismo metodológico³⁰. Por exemplo, Goldstein e

Keohane defendem sua distinção analítica entre interesses e idéias com base na metodologia individualista. Argumentam que a distinção é necessária para se saber se, mantendo-se o restante igual, uma variação nas crenças individuais refere-se de modo causal a uma mudança no comportamento político. O problema desse argumento é que, como Friedrich Kratochwill e John Ruggie agudamente argumentaram, o estudo do comportamento com métodos estritamente positivistas que separam os “objetos” dos “sujeitos” não pode levar a uma compreensão da natureza ontológica intersubjetiva do significado (Kratochwill e Ruggie, 1986). Se os construtivistas estiverem corretos, e as estruturas cognitivas, tanto quanto as materiais, tiverem um papel na constituição das identidades e dos interesses dos atores, assim como nas fronteiras entre eles – a própria realidade internacional — então a pesquisa empírica deve estudar as idéias e os interesses como parte de um processo unitário de criação da realidade social.

Por exemplo, embora Kathryn Sikkink (1993: 140) mostre com inteligência “o poder das idéias de dar nova forma aos entendimentos sobre o interesse nacional”, ela segue o rastro racionalista de assumir que os interesses materiais são dados e emprega idéias como variáveis que intervêm entre os interesses e o comportamento político. A adoção de concepções normativas que contradizem os interesses materiais poderia ter dado ao racionalismo uma evidência confiável do poder independente das idéias sobre os direitos humanos. Mas isso seria como olhar para o conteúdo de uma sala por uma minúscula janela. Porque o que está em jogo aqui é na realidade a construção, por crenças coletivas sobre os direitos humanos, das identidades dos países ocidentais, e a explicação do papel dos atores sociais, tais como organizações não-governamentais (ONGs), na construção, em primeira instância, dessas identidades. A questão interessante é se e como as normas de direitos humanos estão se tornando não apenas injunções regulativas criadas para suplantar os problemas da ação coletiva associados com a escolha independente, mas também um reflexo constitutivo e direto das identidades e da auto-compreensão dos atores.

O quadrante direito superior nos leva à ontologia e epistemologia constitutiva. Não posso, nesse curto artigo, fazer justiça à variedade das

30 “O individualismo metodológico define-se especialmente pela crença de que a sociedade consiste apenas de seus membros. Apenas eles são reais... O individualismo rege as estruturas sociais como causas supra-individuais e traça inferências causais para indivíduos particulares ou em geral” (Rhoads, 1991: 117)

perspectivas, nuances e teorias pós-moderna, pós-estruturalista, crítica e (pós-moderna) feminista³¹. Meu objetivo principal é a distinção dessas perspectivas frente à construtivista, já que grande parte da confusão sobre o construtivismo tem origem na confusão entre as epistemologias constitutivas e as mediativas.

A proposição comum à maioria das perspectivas constitutivas das relações internacionais é a de que a realidade em sua forma objetiva (a verdade) não pode ser conhecida externamente à linguagem humana; e que, portanto, a realidade deve ser, inexoravelmente, um efeito constitutivo do discurso³². Os constitutivistas, porém, concedem muito às idéias; a menos que queiram negar a existência do mundo material, deveriam reconhecer, como fazem os construtivistas, que uma “realidade socialmente construída pressupõe uma realidade não-socialmente construída” (Searle, 1995: 190), e que, conseqüentemente, a questão de como o mundo material afeta e é afetado pelo mundo conceitual é crucial para a ciência social.

Alguns pós-modernos, tal como Baudrillard (1989), vão longe a ponto de transformar não apenas a verdade, mas também a realidade em convenções linguísticas (Rosenau, 1992: 110). Essa proposição é, porém, indefensável. Os enunciados são transformados em fatos não apenas pelo poder do discurso, mas também por conquistarem o controle sobre as redes de suporte social e os recursos materiais das organizações e redes. Os fatos surgem quando os recursos sociais e materiais “tornam muito difícil e custosa a desconstrução dos enunciados que suportam” (Fuchs, 1992: 75). Em outras palavras, a autoridade epistêmica tem também uma base material.

As perspectivas constitutivas, especialmente as pós-estruturalistas e pós-modernas, são também problemáticas porque, embora concedam que as práticas do discurso são produzidas e reproduzidas por sujeitos, no entanto argumentam que a subjetividade individual é inteiramente constituída por estruturas de discurso. *No mundo deles*, o sujeito, em seu sentido atomístico, nada causa (Ashley, 1989). Portanto, apesar do respeito dos

³¹ A teoria feminista pós-moderna lida com a constituição das relações internacionais por gênero. Argumenta que as relações internacionais são resultado de um discurso hegemônico masculino e que, conseqüentemente, “qualquer assunção de ‘realidade’ que negue, sub-represente ou mesmo re-[a]presente as mulheres deve ser plenamente contestada e, portanto, radicalizada” (Runyan e Peterson, 1991: 100).

³² Nick Rengger e Mark Hoffman (1992) classificam as abordagens constitutivas em: a) “teoria crítica interpretativa” (Habermas, 1984), que fornece uma base mínima de avaliação de diferentes teorias; e b) “interpretativismo radical”, que nega inclusive as proposições minimalistas da teoria crítica sobre a ciência e a possibilidade de emancipação”.

pós-estruturalistas e dos pós-modernos ao paradoxo agente/estrutura “como uma oposição na qual nunca é possível a escolha de uma proposição frente a outra”, eles são capazes apenas de *descrever* histórias de práticas discursivas; no entanto, a história é entendida “em sua pluralidade intrínseca, como um vasto texto de incontáveis textos” (Ashley, 1989: 274, 280).

Se, por outro lado, *em nosso mundo*, o sujeito e a estrutura constituem-se um ao outro com o auxílio e o suporte dos recursos *materiais*, pode-se mostrar a dificuldade da exploração da produção e reprodução da intersubjetividade pelo sujeito e a constituição deste “de qualquer lugar menos no interior da modernidade” (Neufeld, 1995). Por exemplo, ao tomar agência e estrutura como níveis diversos da realidade social estratificada (Archer, 1989, 1995), a escola construtivista de tradição “monogenética” aprimorou nossa compreensão da estruturação social dinâmica da realidade internacional e levou a explicações cientificamente progressistas da política externa (Carlsnaes, 1992).

Por sua posição ontológica, os construtivistas estão por demais prontos a “abandonar a busca de causas e verdades objetivas (isto é, intersubjetivas) para celebrar a instabilidade semântica e a multiplicidade interpretativa” (Yee, 1996: 100). Os pós-modernos, em particular, defendem uma abordagem “intertextual” das relações internacionais³³ e argumentam que “sem a desconstrução não poderá haver questões de ética, identidade, política ou responsabilidade” (Campbell, 1996: 178). Além disso, o objetivo principal de investigação, para os construtivistas, é a emancipação de discursos opressivos, estruturas de poder, ideologias e teorias (teoria crítica) e o desmascarar do “modo como o poder é usado em todos os lugares da sociedade” (pós-modernos/pós-estruturalismo) (George e Campbell, 1990).

Uma epistemologia construtivista “mediativa”, por outro lado, não está interessada nem na emancipação *per se*, nem exclusivamente em descobrir as estruturas de poder que afetam os marginalizados da história, mas em providenciar melhores explicações da sociedade. Divergindo de pós-estruturalistas e pós-modernos, os quais “não estão especialmente interessados no exame meticuloso de casos ou lugares particulares com o propósito de compreendê-los em seus próprios e distintivos termos” (Ashley, 1989: 278), os construtivistas *desejam* saber, *em detalhe*, como as normas constituem as identidades e interesses de segurança dos atores internacionais e transnacionais *nos casos particulares* (Katzenstein, 1996a).

³³ “Uma atividade semio-crítica, sempre buscando, e esperando por, desmontar as *posições* empírico-rationais pelas quais o poder fixa o significado” (Der Derian, 1990: 296).

Isso não significa, porém, que os construtivistas sejam cegos às idéias de progresso nas relações internacionais (Adler e Crawford, 1991; E.B. Haas, 1990a) ou que não se preocupem com a melhora do mundo tanto quanto Habermas (1984) e outros teóricos críticos³⁴. Para a maioria dos construtivistas, porém, isso significa que o progresso (1) não se baseia apenas no que os teóricos dizem mas também, e principalmente, no que os atores políticos fazem; (2) ocorre na redefinição das identidades e dos interesses dos próprios atores; e (3) trata, inescapavelmente, de idéias normativas universais, mesmo que seu significado varie no tempo e no espaço. Portanto, uma teoria construtivista do progresso nas relações internacionais que explique a emergência e a consolidação de práticas que ampliem os interesses humanos inter e entre comunidades políticas – também no modo pelo qual o conhecimento teórico intervém em disputas de significado e reflexivamente afeta esses processos (E. B. Haas, 1990a) — oferece uma alternativa melhor, mais pragmática e mais flexível às teorias críticas que enfatizam seus discursos favoritos por emancipação.

Finalmente, a teoria construtivista pode ser tanto “crítica” quanto de “resolução de problemas”, no sentido de Robert Cox. “É crítica no sentido em que se situa externa à ordem prevalecente do mundo e se pergunta como essa ordem surgiu”. Mas é também de resolução de problemas, no sentido de que, uma vez reificadas as instituições e as práticas, “toma o mundo como o encontra (...) como o cenário dado para a ação” (Cox, 1986: 208-9). Por exemplo, embora Wendt (1992) explique a auto-ajuda como uma instituição socialmente construída, ao invés de um resultado determinista da anarquia, não deixa de ver o persistente problema da predação como a explicação da disseminada resistência da auto-ajuda anárquica.

O construtivismo é, portanto, uma empresa *modernista* envolvente que funde “compreensão” e “explicação” na criação de uma abordagem sociologicamente sensível das relações internacionais (Jepperson et al., 1996). Ele pode, por exemplo, aceitar a concepção de que “ciência e interpretação *não* são fundamentalmente esforços diferentes dirigidos a alvos diversos. Ambas dependem de descrições cuidadosas, formulação de hipóteses falseáveis com base em teorias mais gerais, e da coleta de evidências necessárias para a apreciação dessas hipóteses” (King, 1994; veja também

³⁴ Habermas (1984) toma a garantia da segurança da comunicação distorcida como um empreendimento progressivo. Os pós-estruturalistas e os pós-modernos, por outro lado, quando desejam destacar algumas formas de discurso sobre as outras, o fazem de modo aleatório e como reflexo de suas próprias preferências pessoais.

Kritzer, 1996). Além disso, alguns construtivistas baseiam-se em comparações precisas³⁵ (Berger, 1996) e co-variação entre fatores materiais e ideacionais³⁶ (Adler e Barnett, 1996). E, quando corroboram ou trans-validam um argumento teórico ou descritivo, os construtivistas podem voltar-se para métodos estatísticos e outros métodos quantitativos (Cederman, 1996b) e fazer bom uso de contra-fatos históricos (Cederman, 1996a).

O construtivismo pode fazer *mais*, e não menos, que outras abordagens científicas na explicação das relações internacionais, porque, além de se fiar em meios lógico-dedutivos de conhecimento e verificação, ele *também* evoca uma variedade de métodos interpretativos, tal como narrativas³⁷ (Tickner, 1992) e “histórias” densamente descritas³⁸ (Adler, 1992; Katzenstein, 1996b) de processos socio-cognitivos de descobrir significado coletivo, identidades dos atores e a *substância* dos interesses políticos.

Sou ciente, porém, que nem todos os construtivistas concordariam com o retrato modernista do construtivismo; a paisagem construtivista é muito mais variada do que sugerem esses parágrafos. A diversidade de perspectivas interna ao construtivismo reflete discordâncias sobre a extensão na qual as estruturas e os agentes são mais importantes e sobre que discurso deve ter precedência sobre fatores materiais. Ademais, é por vezes difícil distinguir construtivistas de pós-modernos (Tickner, 1992; Weber, 1995). Não obstante, todos os construtivistas compartilham a perspectiva mediativa.

Portanto, aproveitando uma categorização recente de Cecelia Lynch e Audie Klotz (1996) para esclarecer as diferenças internas ao campo construtivista, podemos pensar no construtivismo como dividido em quatro diferentes grupos, demarcados principalmente por divergências metodológicas. Estudiosos do primeiro campo, os “modernistas”, acredi-

³⁵ O método de comparação estruturado e focalizado foi descrito por Alexander George (1979).

³⁶ É necessário lembrar, no entanto, que o construtivismo, ao assumir que agentes e estruturas se constituem uns aos outros, vai além da caracterização linear da causalidade (Giddens, 1984; Klotz, 1992: 10).

³⁷ Ruggie (1995: 98), citando Polkinghorne (1986), argumenta que “no modo narrativo... o significado é atribuído a eventos e ações anteriores por seu papel em algum ‘projeto humano’ como um todo. Esse modo de explicação comprime duas ‘ordens de informação’: a descritiva e a configurativa. A primeira simplesmente liga as ocorrências através da dimensão temporal e busca identificar o efeito que uma teve na outra. A segunda organiza esses enunciados descritivos em um *gestalt* intersubjetivo de “estrutura de coerência”. Essas operações *gestalt* baseiam-se em um método de raciocínio interrogativo ao qual Charles Peirce chamou de “abdução”: o ajuste sucessivo de um esquema de ordenação conjectural dos fatos disponíveis, até que a conjectura nos forneça um relato dos fatos tão completo quanto possível” (Ruggie, 1995: 98).

³⁸ “Descrição densa” foi descrita por Geertz (1973).

tam que, uma vez evitado o extremismo ontológico, não há razão para se excluir o uso de métodos padronizados ao lado de interpretativos³⁹. No interior do grupo modernista, podemos também distinguir os construtivistas estado-cêntricos (Wendt, 1992, 1994a, no prelo) daqueles que tomam os atores principais das relações internacionais, tais como nações e grupos étnicos, como características emergentes mais do que categorias reificadas (Cederman, 1996b; Weaver, 1995).

Um segundo grupo de construtivistas, representados proeminentemente por Onuf (1989) e Kratochwill (1989), utilizam *insights* da lei e jurisprudência internacional para mostrar o impacto das relações internacionais nos modos de raciocínio e persuasão e no comportamento guiado por regras. Essa perspectiva muda “explicitamente o foco para uma epistemologia não-positivista, enfatizando o ponto de que ‘mudanças históricas de longo curso não podem ser explicadas em termos de um ou mesmo vários fatores causais mas através de análises de conjunturas’” (Lynch e Klotz, 1996: 6). Rey Koslowski e Friedrich Kratochwill, por exemplo, utilizaram essa perspectiva para mostrar o efeito constitutivo da mudança normativa na transformação do sistema internacional em fins de 1980 (Koslowski e Kratochwill, 1995).

Um terceiro grupo (Tickner, 1992; Lynch, 1994) enfatiza o conhecimento narrativo. É dada uma atenção particular às narrativas baseadas em gênero (Tickner, 1992), ações de agentes tais como movimentos sociais (Lynch, 1994) e o desenvolvimento de interesses de segurança (Ruggie, 1995; Weaver, 1995). Finalmente, os estudiosos do quarto campo não se furtam a técnicas desenvolvidas pelos pós-modernos. Alguns construtivistas utilizaram o método genealógico de Foucault (Price, 1995)⁴⁰; outros se engajaram na “desconstrução da soberania” (Biersteker e Weber, 1996) por meio de uma história detalhada da deslegitimação de políticas não-ocidentais por estados ocidentais. Nesse sentido, a desconstrução era apenas um preâmbulo para a “reconstrução da soberania”, “em face das oportunidades inambíguas para o colonialismo imperial” (Strang, 1996: 36-7).

³⁹ Adler (1992), Barnett (1995), Cederman (1996b), Finnemore (1996a), Katzenstein (1996a), Klotz (1995), Riese-Kappen (1995).

⁴⁰ “História do presente que olha para o passado como inspiração para o presente. Ela focaliza ‘conhecimentos locais, descontínuos, desqualificados, ilegítimos’. A genealogia nega a possibilidade de qualquer concepção da história como um ‘corpo unitário de teoria que possa filtrar, hierarquizar, e ordenar...em nome de algum conhecimento verdadeiro e de alguma idéia arbitrária do que constitui uma ciência e seus objetos’” (Rosenau, 1992: xi-xii); Foucault, 1984).

Nada do que se disse até o momento convida à conclusão de que o construtivismo é apenas uma teoria de paz e harmonia global (Mearsheimer, 1994/5). Se a realidade internacional é socialmente construída, então a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto e o conflito bósnio devem ter sido também socialmente construídos, assim como o controle de armas, os acordos ambientalistas, o fim da Guerra Fria e o colapso do império soviético foram socialmente construídos. Em outras palavras, o construtivismo é um conjunto de lentes paradigmáticas através das quais observamos *todas* as realidades socialmente construídas, as “boas” e as “más”.

Segue-se também que o poder deve ter um papel crucial na construção da realidade social. Em resumo, o poder significa não apenas os recursos necessários para se impor uma visão própria aos outros, como também a autoridade para determinar os significados compartilhados que constituem as identidades, os interesses e as práticas dos estados, assim como as condições que conferem, concedem ou negam acessos a “bens” e benefícios. Visto que a realidade social é uma questão de imposição de significados e funções em objetos físicos que não têm previamente esses significados e funções, a habilidade de criar as regras por traz do jogo, de definir o que constitui um jogo aceitável, e de ser capaz de levar outros atores a se comprometerem com essas regras porque elas são agora parte de sua auto-compreensão é talvez a forma de poder mais sutil e efetiva (Adler e Barnett, 1996; Williams, 1996). Isso significa que há uma forte relação entre conhecimento e poder; o conhecimento é raramente livre de valores, mas entra frequentemente na criação e reprodução de uma ordem social particular que beneficia alguns a despeito de outros. Nessa leitura, o poder é principalmente o poder institucional de incluir ou excluir, de legitimar e autorizar (Williams, 1996). Nesse sentido também, as organizações internacionais *são* relativas ao poder, porque podem ser locais de formação de identidades e interesses e porque os estados e por vezes indivíduos e outros atores sociais podem aproximar seus recursos materiais e simbólicos.

Não há um conceito mais sensível e submisso à lógica construtivista e à noção de poder apresentada acima do que o “interesse nacional”. O construtivismo ocupa o meio termo porque integra conhecimento e poder como partes de uma explicação de onde surgem os interesses (Adler, 1991a; Finnemore, 1996a; Weldes, 1996). Os interesses nacionais não são apenas os interesses coletivos de um grupo de pessoas; nem, com raras exceções, de um único indivíduo dominante. Antes, os interesses nacionais são entendimentos intersubjetivos sobre o que se faz necessário para promover poder, influência e riqueza que sobrevivam ao processo político,

dada a distribuição de poder e conhecimento em uma sociedade. Em outras palavras, os interesses nacionais são fatos cuja “objetividade” está no acordo humano e na atribuição coletiva de significado e função a objetos físicos. “A construção social de identidades é necessariamente anterior a algumas concepções mais óbvias de interesses: um ‘nós’ deve ser estabelecido antes que seus interesses possam ser articulados” (Hall, 1993: 51). O construtivismo conduz portanto ao estudo empírico das condições que fazem uma concepção intersubjetiva particular de interesse prevalecer sobre outras. Em resumo, o construtivismo está equipado para mostrar como os interesses nacionais nascem, como eles adquirem seu status de entendimentos políticos gerais, e como esses entendimentos são politicamente selecionados pelo e através do processo político⁴¹.

A DINÂMICA CONSTRUTIVISTA

Uma teoria dinâmica da seleção institucional é o complemento natural do construtivismo. Já que a construção social da realidade internacional envolve interpretação, a teoria construtivista deve ser capaz de formular a questão sobre quais interpretações, e de quem, se tornam realidade social. Em outras palavras, porque certas idéias e conceitos adquirem autoridade epistêmica, discursiva e institucional? (Sobre isso, ver Kratochwill, 1989; Mearsheimer, 1994/5; Risse Kappen, 1994). Mais especificamente, quais regras, e de quem, passam a constituir os jogos que as nações jogam (Finnemore, 1996a; Katzenstein, 1996a; Klotz, 1995)? Finalmente, como e por que certas expressões coletivas do entendimento humano, que não são nem válidas nem verdadeiras *a priori*, transformam-se em práticas sociais, tornam-se firmemente estabelecidas em sistemas sociais e políticos, alastram-se ao redor do mundo e tornam-se reificadas ou indiscutíveis?

As teorias crítica, pós-moderna e pós-estruturalista não são muito úteis para responder essas questões. Embora elas aprimorem nossa compreensão de *como* as pessoas criam consenso a respeito de significados⁴², fa-

⁴¹ Para uma discussão recente de algumas das implicações que têm origem no estudo do interesse nacional com lentes construtivistas, veja Weldes (1996).

⁴² Por exemplo, através de: a) o compartilhar de “formas de vida” e tradições (Wittgenstein, 1953); b) o envolvimento de “situações ideais de fala”, “uma forma de discurso em que não há outra coerção do que aquela do próprio argumento” (Habermas, 1970; Bernstein, 1976: 212); e c) o desenvolvimento histórico de regimes de “verdade” com base em conhecimento disciplinar (Foucault, 1980).

lham em explicar *porque* a realidade social se desenvolve ao redor de um conjunto particular de interpretações em oposição a outro. O neo-realismo (Waltz, 1979) faz ainda pior, já que lhe falta uma teoria da evolução institucional e do Estado. Partindo de uma analogia entre organismos e estados e insistindo que o poder material é o único árbitro na seleção de estados, o neo-realismo sugere que os estados devem escolher entre sobreviver ou serem marcados para a destruição por poderosas coerções sistêmicas. A teoria evolutiva de “ciclos longos” de George Modelski (1990, 1996) também não é muito útil, por enfatizar a seleção de sistemas políticos globais por guerra sistêmica, ou seja, apenas pelo poder material.

Os neo-liberais, por outro lado, não ignoram a seleção institucional e as idéias. Porém, ao seguir a teoria da escolha racional, concentram-se na eficiência institucional no fornecimento de benefícios materiais (Krasner, 1983; Stein, 1983). Por exemplo, embora Peter Hall (1989) desenvolva uma explicação elegante de porque as idéias econômicas keynesianas se tornam viáveis política, administrativa e economicamente, ele permanece firmemente baseado na escolha racional por ter como objetivo determinar as condições estruturais que afetam a escolha de idéias keynesianas em diferentes países.

Hendrik Spruyt (1994a, 1994b) sugere uma explicação neo-liberal diferente para a seleção institucional. Buscando superar a falácia de que a existência da instituição deriva das funções que realiza (Spruyt, 1994a: 532), ele focaliza a seleção do Estado territorial soberano entre seus rivais. Spruyt assevera que o Estado soberano foi selecionado porque “provou ser mais efetivo na prevenção de deserção de seus membros, na redução de custos de transação internos, e na realização de compromissos críveis com outros países” (Spruyt, 1994a: 527). A descrição de Spruyt da “seleção” é, no entanto, ainda insuficiente. Em primeiro lugar, por reduzir uma rica história de estruturação por agentes pensantes e capazes de julgar e estruturas social e intersubjetiva a fatores materiais. Em segundo lugar, porque uma explicação verdadeira da seleção do Estado territorial soberano deve permitir um retorno à cognição. Em terceiro lugar, por não poder evitar a noção de que estruturas intersubjetiva e social podem parcialmente determinar o alcance e a natureza das escolhas e construir socialmente a “prova” exigida por agentes que julgam para a escolha entre alternativas. Portanto, embora Spruyt esteja correto em sublinhar a importância empírica da história, essa é necessária não apenas para mostrar quais alternativas poderiam ter sido escolhidas, mas também *como e porque* os agentes humanos chegaram a essas alternativas e aos critérios para escolher entre elas.

Uma história da seleção das instituições deve incluir uma descrição dos agentes, dos inovadores, os transmissores do entendimento coletivo que socialmente constroem as alternativas, e as “provas” que legitimam a escolha. Deve estudar também as instituições que promovem e socializam outros atores do entendimento coletivo e ajudam a criar a realidade social. Além disso, a história deve apresentar não apenas os processos de incentivo, como no trabalho de Spruyt (1994a: 555), mas também os processos de persuasão e recrutamento ativos. Para responder ao menos algumas das questões levantadas no início dessa seção, precisamos saber como as variáveis cognitiva e institucional antes de tudo aparecem, como demonstram seus méritos como solução dos problemas internacionais e como — dadas condições favoráveis — elas se alastram e estabelecem. Isso sugere uma teoria de evolução cognitiva.

Evolução cognitiva é um tipo de teoria “homólogo”⁴³. Sustenta que o modo pelo qual os fatos sociais se tornam estabelecidos no mundo social é relevante para o modo como eles exercem sua influência (Gould, 1989; Pasic, 1996). Portanto, a evolução cognitiva tem a história e a historicidade (Alker, 1996) incorporadas à sua teoria. Interessa-se pelas origens dos fatos sociais e institucionais, tais como identidades, interesses, práticas e instituições.

Evolução cognitiva⁴⁴ (Adler, 1991a) significa que em algum ponto no tempo e no espaço de um processo histórico, os fatos institucionais e sociais foram construídos por entendimentos coletivos do mundo físico e social que são sujeitos a processos autorizados (políticos) de seleção e, portanto, à mudança evolutiva. Ela é portanto um processo de inovação, difusão doméstica e internacional, seleção política e institucionalização efetiva que cria um entendimento intersubjetivo no qual se baseiam os interesses, as práticas e o comportamento dos governos.

Uma teoria cognitiva evolutiva é estruturacionista na medida em que os atores individuais e sociais são bem sucedidos em introduzir inovações que ajudam a transformar ou mesmo constituir novos entendimen-

⁴³ Em oposição a “análogo”; ambos os termos foram emprestados da biologia. “Quando funções similares estão presentes em diferentes entidades, uma descrição homóloga busca a ancestralidade comum dessa função”. Inversamente, uma explicação análoga “fornece uma descrição entendendo a função similar como respostas independentes a circunstâncias similares” (Pasic, 1996: 20).

⁴⁴ Devo muito da minha compreensão da evolução cognitiva a Ernst Haas. Veja, por exemplo, Haas (1990a e b).

tos coletivos, os quais, por sua vez, moldam as identidades e os interesses, e conseqüentemente as expectativas, dos atores sociais. Entendimentos coletivos, tais como normas, não são causa suficiente para a ação; os agentes individuais devem agir de acordo com o que ditam suas identidades e seus interesses. A política doméstica e internacional pode, porém, em alguns momentos, impedi-los de agir assim. A política doméstica é por vezes a arena na qual as estruturas cognitivas ganham poder político e institucional antes de poderem deixar sua marca na cena internacional. Em outros momentos, as estruturas cognitivas desenvolvem-se na esfera internacional antes de deixar sua marca na cena doméstica dos estados individuais. Em ambos os casos, uma abordagem de evolução cognitiva requer que idéias novas ou modificadas sejam comunicadas e difundidas e que sejam criadas causas políticas, que os grupos políticos possam então preservar pelo uso do poder.

Evolução cognitiva é uma teoria do aprendizado internacional, se entendermos por aprendizado a adoção, por *policy-makers*, de novas interpretações da realidade, a cada vez que forem criadas e introduzidas no sistema político por atores individuais e sociais. A capacidade das instituições, em diferentes países, de aprender e gerar interesses similares depende não apenas da aquisição de informação nova, mas também na seleção política de premissas epistêmicas e normativas similares. A importância política dessas premissas reside não em seu estatuto de “verdade”, mas em serem compartilhadas intersubjetivamente através das instituições e dos Estados nacionais. Visto por esse ângulo, o aprendizado amplia a capacidade e a motivação de compreensão de alternativas concorrentes a uma inferência correntemente mantida e torna-se um processo criativo através do qual são geradas as preferências ou os “interesses”.

Por exemplo, não havia há 50 anos um valor político, e portanto interesse, no controle de armas, no desenvolvimento sustentável e nos direitos humanos universais. Atualmente, tanto o valor como o interesse em todos os três são intersubjetivamente assumidos — a segurança internacional passou a depender de práticas de controle militar. Decisões econômicas e ambientais internas ou internacionais são cada vez mais moldadas por nossa “descoberta” relativamente recente da finitude da natureza de nosso habitat global. Os direitos humanos tornaram-se um fator central de interesse das nações democráticas porque cada vez mais definem sua identidade social.

Porque “inventamos conceitos e categorias que utilizamos para esculpir o mundo (...) e nos percebemos também categorizados”

(Kauffman, 1995), a principal demanda feita pela teoria da evolução cognitiva é a explicação de como os fatos institucionais tornam-se *assumidos sem discussão*. Para tal, os fatos institucionais precisam ser “naturalizados”, ou seja, tomados como parte da ordem natural do universo. Portanto, para ser “selecionada politicamente”, uma instituição deve ganhar legitimidade ao se fundar na natureza e na razão. Em seguida, fornecer a seus membros um conjunto de analogias com o qual podem explorar o mundo e justificar a naturalidade e a racionalidade das leis institucionalizadas (Douglas, 1986). O processo de assumir sem discussão implica que certas idéias ou práticas se tornem reificadas, enquanto as idéias e práticas concorrentes são deslegitimadas.

Em segundo lugar, diversamente ao pensamento racionalista, uma perspectiva de evolução cognitiva mantém que podem não ser as idéias melhor adaptadas ou as instituições mais eficientes que se tornam “naturalizadas” ou reificadas, mas sim as mais bem sucedidas em impor um significado coletivo e uma função coletiva à realidade física. Refiro-me a idéias que podem ajudar na produção de um equilíbrio ou um consenso temporário entre tendências concorrentes no interior de governos e sociedades, e entre eles, e que podem servir como um foco para coalizões dominantes.

Em terceiro lugar, para serem incontestáveis, os fatos institucionais devem apoiar-se em um poder. Em outras palavras, as idéias intersubjetivas devem ter autoridade e legitimidade e evocar a verdade⁴⁵. Os fatos institucionais são mais propensos a tornarem-se estabelecidos quando os agentes, agindo em seu próprio benefício, conseguem moldar a realidade em torno de significados autorizados (científicos ou não) e/ou ganhar controle das redes de suporte social da política, tornando muito difícil e custoso aos oponentes desconstruir idéias intersubjetivas institucionalizadas (Fuchs, 1992).

Em quarto lugar, a seleção institucional não é um ato arbitrário no sentido subjetivo, e não tem lugar em um “momento” da escolha racional. Antes, é a contínua institucionalização racional de uma tradição que fornece entendimentos novos ou aprimorados da realidade.

⁴⁵ Portanto, não de todo discordante do conceito de poder de Foucault, que enfatiza os efeitos disciplinares dos corpos de conhecimento e discurso, o poder fixa um campo de possibilidades conceituais, normativas e práticas que definem o que é legítimo e ilegítimo na política internacional.

Em quinto lugar, a seleção política é impulsionada pelas expectativas intersubjetivas de progresso de líderes políticos, ou seja, por idéias e instituições que se amoldam a conceitos que foram trazidos ao conhecimento público como contendo soluções novas e/ou progressivas para problemas políticos críticos. Expectativas de progresso podem se basear em experiência, entendimentos científicos ou mesmo mitos. Portanto, a seleção política torna-se uma função do que é coletivamente tido como “melhor” ou “pior”, o que, por sua vez, depende em entendimentos intersubjetivos e acordos sociais anteriores sobre o “bem” e o “mal”. O que os líderes podem ver ou não depende de entendimentos normativos e causais coletivos sobre o que se faz necessário e sobre que necessidades devem ser promovidas a interesses.

Em sexto lugar, os fatos institucionais adquirem proeminência quando as pessoas estão coletivamente cientes do problema em termos práticos. As instituições levam os indivíduos a seguir as regras porque podem intervir no mundo para resolver o problema. É apenas na e através da prática que os fatos sociais adquirem autocrítica e procedimentos de transformação que tornam o processo como um todo “racional” (Toulmin, 1972).

Finalmente, os fatos institucionais surgem coletivamente tanto de processos de socialização que envolvem a difusão de significados de país a país quanto de processos políticos e diplomáticos que incluem negociação, persuasão e coerção. É particularmente importante ressaltar o papel da persuasão. Persuasão é uma disputa para definir entendimentos mútuos “que corroboram identidades, direitos, insatisfações, interesses e tentativas de controle do comportamento através de um amplo arco de sanções sociais, em que o uso da força é apenas um” (Klotz, 1992). Quando atores políticos interagem, cooperativamente ou não, eles devem ser capazes de afetar o entendimento um do outro, de modo que possam chegar a uma definição compartilhada de sua situação; podem identificar coletivamente cursos de ação benéficos e os reconhecer como normas; e podem tentar persuadir um ao outro a tornar essas normas leis através de uma comunicação simbólica que ameaça ou amplia a “face” ou a “dignidade” (Barnes, 1995: 77). Por exemplo, um dos papéis mais relevantes da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa durante a guerra fria foi o de servir como um foro em que significados compartilhados pelo Leste e o Ocidente foram socialmente construídos através da persuasão.

UMA AGENDA DE PESQUISA CONSTRUTIVISTA

As descrições, explicações e hipóteses produzidas pelo construtivismo e pela evolução cognitiva orientam-se para a pesquisa empírica. Embora os construtivistas fossem inicialmente lentos no desenvolvimento de programas de pesquisa baseados em sua perspectiva (Wendt, 1994b), a disciplina está atualmente repleta de estudos construtivistas⁴⁶. Nas páginas seguintes, sugiro meios de expandir e aprofundar a agenda de pesquisa construtivista.

Mudança nas relações internacionais como evolução cognitiva

Uma abordagem construtivista pode avançar muito em direção a uma explicação sistemática da mudança nas relações internacionais. Até um certo ponto, a construção social da realidade que levam a mudanças no significado e propósito coletivo aos objetos físicos é ela mesma um componente importante do processo de mudança. Tome-se como exemplo o fim da Guerra Fria, um poderoso evento que as abordagens tradicionais têm tido dificuldade de explicar, e certamente não previram. Torna-se cada vez mais claro que os eventos e fenômenos que pareciam ser “sistematicamente” sem importância, tal como o movimento de dissidência soviético e o acidente nuclear em Chernobyl, que tornou familiar os horrores do poder nuclear sem controle, deram espaço em poucos anos para consequências amplas e não previstas.

Koslowski e Kratochwil (1995) mostraram que as mudanças no contexto político e no ambiente normativo, ou seja, nas convenções e práticas políticas do mundo comunista, aconteceram antes das mudanças no ambiente material. A completa mudança em entendimentos intersubjetivos que levaram à deslegitimação do comunismo do Leste Europeu em 1989, o esvaziamento do Pacto de Varsóvia, a subsequente deslegitimação do comunismo e imperialismo soviético e, finalmente, o renascimento do nacionalismo e de movimentos de auto-determinação na União Soviética (Koslowski e Kratochwil, 1995: 158-9), contribuíram para a deterioração das capacidades soviéticas. Resta, porém, muito trabalho ainda por fazer para se entender o fim da guerra fria. Por exemplo, necessitamos compreender melhor como instituições como o processo Helsinki (a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa) ajudou a criar os

⁴⁶ Veja nota 4.

padrões que levaram os atores a descobrir novas preferências (DiMaggio e Powell, 1991: 10-11; Thomas, 1991).

Uma perspectiva construtivista pode ainda explicar mudanças na economia política internacional. Por exemplo, por poder mostrar que as mudanças nos entendimentos coletivos sobre tecnologia e economias nacionais e globais podem ter efeitos materiais diretos na riqueza das nações, o construtivismo pode ser mais bem sucedido em explicar as relações entre Norte e Sul que as explicações racionais (Krasner, 1985) que se concentram principalmente em objetos materiais, e que explicações pós-modernas (Doty, 1996), que focam exclusivamente as mudanças discursivas.

A evolução da política ambiental internacional oferece outro campo fértil para a pesquisa construtivista. Tome-se, como exemplo, o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Condições físicas levaram indivíduos a desenvolver em suas mentes esse conceito normativo e causal. Após ter circulado intensamente, o conceito foi oficialmente adotado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, e mais tarde pela Conferência do Rio. Surgiram instituições da ONU para implementar políticas de desenvolvimento sustentável; mesmo os Estados Unidos adotaram-no como política ambiental oficial. Com tudo isso, o desenvolvimento sustentável tornou-se um entendimento intersubjetivo com base em que problemas e soluções referentes ao meio ambiente e desenvolvimento são analisadas, e repertórios de ação formulados⁴⁷. Por haver mais de uma interpretação do desenvolvimento sustentável, e por alguns deles serem conflitantes, uma definição intersubjetiva consensual está sendo desenvolvida apenas na e pela prática; isso permite aos fatores materiais deixarem sua marca. De qualquer modo, esse entendimento começou a determinar políticas que atuam no mundo material, afetando o ambiente físico, as pessoas e seu bem estar.

Comunidades epistêmicas e a construção de fatos sociais

O estudo das comunidades epistêmicas⁴⁸ não faz muito sentido, a menos que siga uma perspectiva construtivista. Comunidades epistêmi-

⁴⁷ Veja-se, por exemplo, Rowlands (1992: 209-24).

⁴⁸ “Uma comunidade epistêmica é uma rede de profissionais com reconhecida perícia e competência em um domínio particular e uma alegação com autoridade de possuir conhecimentos relevantes à política dentro desse domínio ou tema”. Comunidades epistêmicas têm um conjunto compartilhado de crenças normativas e de princípio, crenças causais e noção de validade compartilhadas e um empreendimento político comum. (P. Haas, 1992: 3).

cas não são um novo ator na cena internacional ou um grupo de interesses. São, antes, um veículo de premissas teóricas, interpretações e significados coletivos; em alguns casos, ajudam a construir a realidade social das relações internacionais. ONGs, movimentos sociais, organizações internacionais e instituições domésticas podem ter um papel semelhante (Eyerman e Jamison, 1991). Todas esses atores são significativos para uma compreensão teórica mais ampla da construção social da realidade internacional pelo conhecimento intersubjetivo. Em outras palavras, o construtivismo amplia nossa compreensão da relação entre conhecimento científico e desfechos das relações internacionais com o argumento que as relações internacionais em geral, sejam cooperativas ou *conflituosas*, são moldadas e socialmente construídas por todos esses tipos de conhecimentos, científico e outros.

A questão interessante sobre as comunidades epistêmicas, de uma perspectiva política, não é se o conhecimento científico é objetivamente verdadeiro ou não: muito do que se passa por conhecimento científico de comunidades epistêmicas dificilmente pode ser considerado verdadeiramente objetivo, pela simples razão que na maioria dos casos é amalgamado com conhecimento social que raramente pode alegar veracidade. A questão interessante é sobre como o efeito na realidade política e social de conhecimento científico socialmente construído, produzido “no laboratório” por pessoas vestindo aventais brancos e ornadas com uma boa dose de legitimação social, difere daquele conhecimento socialmente construído mas que não alega representar a realidade ou que vem acompanhado apenas por alegações normativas, e não causais.

Embora seja importante que se descreva os modos pelos quais as crenças epistêmicas dominantes surgem da interação social dentro de um grupo científico ou comunidade, é igualmente importante que se estude como os modos *politicamente* dominantes de abordar temas surjam de interações entre grupos políticos. Devemos olhar o processo cognitivo evolutivo como um todo, buscando explicar como o conhecimento é duplamente construído — primeiro por membros de comunidades epistêmicas e depois por indivíduos e instituições interagindo em sistemas políticos domésticos ou internacionais. Já que as idéias correntes têm mais chance de sobreviver à seleção política, comunidades epistêmicas que tiveram sucesso em levar idéias correntes ao conhecimento público podem ter mais chance de surgir como vencedores.

Em termos gerais, o construtivismo pode nos ajudar a compreender o papel das comunidades epistêmicas em realizar mudanças nos

modos como os líderes políticos pensam sobre a ciência e suas consequências. Para ter mais clareza, pense na ciência como uma *norma constitutiva* que socialmente constrói as identidades, os interesses e as práticas das leis modernas. Consequentemente, os legisladores modernos podem ser vistos como confiando cada vez mais na ciência não tanto como o resultado de uma escolha calculada, mas porque a ciência se tornou parte de sua identidade moderna. Naquelas raras ocasiões em que as comunidades epistêmicas difundem uma *nova* visão normativa da ciência e do ambiente global pelas instituições do Estado e da sociedade, tanto as normas como seus legisladores podem ajudar na realização da transformação das identidades, dos interesses e das práticas dos atores políticos. Essas mudanças podem ser empiricamente documentadas.

Vistas desse modo, as idéias normativas da ciência — formulada por comunidades epistêmicas — podem ser mais do que apenas um recurso que encoraja os estados a agir de um modo consistente com suas normas (por exemplo, limpando um ambiente poluído) e o impacto transnacional dessas normas podem ir além da constituição de uma “coordenação política” entre estados (P. Haas, 1990). Antes, seu efeito mais amplo — em outras palavras, a “variável dependente construtivista” — pode ser a *transformação de identidades e interesses*. A construção social da realidade internacional por comunidades epistêmicas pode, portanto, consistir na difusão e internalização de novas normas constitutivas que acabam por criar novas identidades e interesses e mesmo novos tipos de organização social.

A natureza emergente dos atores políticos

Quanto mais percebemos que a segurança internacional está cada vez mais associada ao estabelecimento de uma comunidade de segurança⁴⁹ e que as fronteiras das comunidades de segurança são ideacionais, mais plausível se torna “que regiões são socialmente construídas e suscetíveis à redefinição” (Adler e Barnett, 1996: 77). A tarefa de pesquisa

⁴⁹ Uma comunidade de segurança é um “grupo de pessoas que se tornaram integradas”, “no qual assume-se realmente que os membros da comunidade não lutarão fisicamente entre si, resolvendo suas disputas de outro modo”. Comunidades de segurança amalgamadas envolvem a “fusão formal de duas ou mais unidades previamente independentes em uma unidade única maior”. Comunidades de segurança pluralistas, por outro lado, mantêm a independência legal de governos separados, possuem uma compatibilidade de valores nucleares derivada de instituições comuns, responsabilidades mútuas, um senso de coletividade, e são integradas a ponto de manter “expectativas confiáveis de mudança pacífica” (Deutsch et al. 1957: 5-6).

é, então, a de traçar a construção social de comunidades de segurança através da história e compará-las entre as áreas⁵⁰.

Uma agenda de comunidade de segurança reconhece o caráter social da política mundial; conseqüentemente, pode dar uma grande contribuição ao programa de pesquisa construtivista por explorar a relação entre as estruturas (definidas em termos materiais e normativos), as práticas que são feitas possíveis e imagináveis por essas estruturas, as ordens de segurança que são tornadas acessíveis nesse campo, e como essas ordens de segurança regulam ou evitam o uso da força. Portanto, entende que a segurança deve começar não apenas com um conjunto de categorias previamente construídas e portanto reificadas, mas também, e principalmente, com o reconhecimento de que aqueles que fazem política devem ter a habilidade de agir sobre o mundo com o novo conhecimento e os novos entendimentos sobre como se organizar a segurança.

Uma agenda de pesquisa sobre comunidades de segurança requer que se identifique aquelas práticas interestado e forças transnacionais que criam e asseguram que os estados não resolverão suas diferenças pela guerra. Compreende também a noção de que os estados governam seu comportamento doméstico de um modo consistente com a comunidade. Dito de outro modo, a filiação a uma comunidade depende não apenas da identidade externa do Estado e o comportamento a ela associado mas também de suas características e práticas internas (Adler e Barnett, 1996: 76). Por exemplo, seria muito difícil para um Estado europeu abusar com frequência dos direitos humanos e ainda ser visto como pertencente à “Europa” contemporânea.

Essa agenda de pesquisa requer também o estudo do papel que as instituições internacionais e transnacionais têm na construção social das comunidades de segurança. Estabelecendo, articulando e transmitindo normas que definem o que é aceitável e legítimo no comportamento dos estados, as organizações internacionais podem ser capazes de moldar práticas dos

⁵⁰ Adler e Barnett (1996) categorizaram as comunidades de segurança pluralistas como frouxa ou fortemente ligadas, de acordo com sua profundidade de confiança, a natureza e o grau de institucionalização de seu sistema de governo, e se estão em uma anarquia formal ou prestes a transformá-la. Uma comunidade de segurança frouxamente ligada, a qual se refere a uma região transnacional de estados soberanos cujo povo mantém expectativas confiáveis de mudança pacífica, é consistente com a abordagem de Wendt de um construtivismo centrado no estado. Por outro lado, uma comunidade de segurança fortemente ligada é algo como um sistema pós-soberano, tendo instituições supranacionais, transnacionais e nacionais comuns, e, sendo assim, exemplifica a emergência de novos atores políticos na cena mundial.

estados. Mais notável, porém, as organizações internacionais podem encorajar estados e sociedades a se imaginarem como parte dessa região. O que sugere que as organizações internacionais podem ser um lugar de formação de interesse e identidade. Particularmente dignos de nota são os casos em que as organizações regionais foram estabelecidas por razões instrumentais e mais tarde e de modo não esperado ganharam um componente de identidade por tornarem-se um novo local de interação e fonte de imaginação.

A construção social da “estratégia de conflito”

Peter Katzenstein e seus colegas (1996a) demonstraram conclusivamente que uma abordagem construtivista pode ser muito útil para a explicação dos suportes normativos da segurança nacional, principalmente a cooperação de segurança. Essa linha de pesquisa, porém, deveria ser complementada com o estudo da construção social do conflito e da guerra. Sobre esse tema, estudos recentes que enfatizam os aspectos culturais das decisões sobre o uso da força em guerra (Legro, 1995), doutrina militar (Kier, 1996, 1997), estratégia militar (Johnston, 1995) e disposição bélica (Ross, 1993) sugerem um caminho de pesquisa frutífero para os construtivistas.

A estratégia militar é um campo particularmente promissor para a pesquisa construtivista porque a situação estrutural em que os atores se encontram em uma situação de jogos estratégicos — caracterizada pelas expectativas recíprocas independentes (Schelling, 1960: 207) — resulta não apenas dos objetos materiais ou de crenças subjetivas independentes, mas também de entendimentos intersubjetivos dinâmicos e baseados em experiência histórica compartilhada, critérios epistêmicos, expectativas sobre uma ação adequada e, mais importante, a existência ou não de confiança mútua.

Uma leitura construtivista da teoria de Schelling enfatizaria o papel da comunicação social — e pela transferência de nação a nação de significados, conceitos e normas — na construção social de entendimentos intersubjetivos e os pontos que fazem uma solução pacífica do jogo estratégico possível. Como notou Schelling, “os jogadores devem *barganhar* seu caminho para um resultado. Devem sempre buscar meios de comunicar suas intenções. O processo físico e intelectual fundamental é o de participar da criação de *tradições*; e os ingredientes através dos quais a tradição pode ser criada, ou o material em que tradições potenciais podem ser percebidas e reconhecidas em conjunto, não são de todo coincidentes com o conteúdo matemático do jogo” (Schelling, 1960: 106-7).

Porque o conhecimento estratégico pode se tornar parte da realidade e de seu desenrolar, os construtivistas devem também estudar os efeitos das tradições militares e do conhecimento acadêmico militar na construção social da estratégia militar e das questões internacionais.

Por exemplo, um conjunto compartilhado de critérios epistêmicos, ao lado da convergência a uma prática comum de controle de armamentos — que Schelling e seus colegas ajudaram a construir socialmente — capacitou os Estados Unidos e a União Soviética a desenvolver um jogo coordenado e descobrir a extensão em que seus conteúdos simbólicos sugeriam compromissos, limites e regulações (Adler, 1992). Nesse caso, o conhecimento teórico acadêmico estava não apenas “elaborando” sobre uma realidade externa, como teriam feito os positivistas, nem simplesmente uma prática produzida para disciplinar a sociedade aos rituais do poder, como os pós-modernos poderiam interpretar.

Deve-se lembrar quão pouca apreciação há na literatura sobre as relações internacionais para o fato de que, como qualquer outra instituição social, a guerra é socialmente construída e em consequência depende parcialmente para persistir de idéias coletivas sobre a inevitabilidade da guerra e de se é desejável para a conquista de ganhos políticos, riqueza e glória. Os construtivistas devem ser capazes de testar a teoria de John Mueller da “obsolescência da grande guerra” (Mueller, 1989), mostrando se, como prática, a guerra está sendo coletivamente reificada como insuficiente, indesejável e normativamente inaceitável. Os construtivistas podem tentar mostrar se e como as mudanças na tecnologia nuclear (Jervis, 1988) e valores da guerra (Mueller, 1989) estão auxiliando na constituição de identidades anti-guerra que promovem o desenvolvimento de interesses e estratégias nacionais de prevenção de guerra (Adler, 1991b).

Finalmente, embora a noção de que a construção social de um inimigo (“o outro”) seja parte do desenvolvimento de identidades do “eu” tenha sido validada pela teoria da identidade social (Mercer, 1995) e analisada por estudiosos pós-modernos (Campbell, 1996), os construtivistas devem ainda desenvolver projetos de pesquisa que possam mostrar como os inimigos e as ameaças militares são construídos socialmente por fatores tanto material quanto ideacional.

A construção social da “paz democrática”

A “paz democrática” clama por uma explicação construtivista.

As principais explicações neoliberais da paz democrática⁵¹ partilham de uma combinação de reivindicações racionalistas e normativas sobre os incentivos e os limites impostos aos líderes de Estado por suas sociedades e o sistema institucional. A “paz democrática”, porém, não se refere à imposição de limites e nem somente a crenças subjetivas de indivíduos particulares. Não devíamos também tomar o liberalismo como uma variável determinante fundamental. Inversamente, a paz democrática é um desenvolvimento histórico e se espalhou pela parte do mundo de identidade intersubjetiva liberal que, cruzando fronteiras nacionais, se torna uma marca de identidade e um indicador de intenções pacíficas recíprocas. Em outras palavras, a paz democrática trata da construção social de uma *cultura cívica* transnacional (Almond e Verba, 1963) que engendra confiança mútua e legitimidade. Desnecessário dizer que essa hipótese requer posterior refinamento e exame.

Além disso, a pesquisa poderia também seguir a sugestão de Thomas Risse-Kappen (1995), que examinou recentemente a construção social da comunidade de valores liberais entre as democracias do Atlântico Norte no pós-guerra, e de Ido Oren, que mostrou que a paz democrática é apenas uma construção social dos cientistas sociais americanos, cuja seleção de critérios empíricos “é consistente com a imagem dominante da democracia na cultura americana atual”⁵² (Oren, 1995: 150).

CONCLUSÃO

Espero que esse ensaio tenha demonstrado que o conhecimento e a interpretação não são apenas compatíveis com a boa ciência social, mas na realidade indispensáveis para a compreensão e a explicação da construção social da realidade internacional. O construtivismo pode possuir a chave para o desenvolvimento de teorias dinâmicas sobre a transformação dos atores internacionais, padrões institucionalizados, novas identidades e interesses políticos e sistemas de governo. Estabelece também novas áreas

⁵¹ Veja, por exemplo, Doyle (1986), Maoz e Russett (1993), Ray (1993), Russett (1993), Owen (1994).

⁵² Essa imagem é utilizada para socialmente construir uma identidade do eu e, consequentemente, uma idéia do “outro”. A análise de Oren sugere que os argumentos de Jonathan Mercer (1995) sobre a formação da identidade de grupos (“como nós”) e os de fora do grupo (“como eles”) podem ser testados por uma análise histórico-contextual, e portanto construtivista.

para a investigação empírica — inexistentes para os realistas, negligenciadas pelos liberais e irrelevante para as abordagens psicológicas — ou seja, os fatos objetivos da política mundial, que são fatos apenas por acordo humano.

Espero também ter mostrado que o construtivismo significa, sem abandonar a razão e a racionalidade, mas redescobrimo como as considerações racionais são trazidas para a aplicação a empreendimentos e situações humanas coletivas (Toulmin, 1972: 371, 486). Com o construtivismo prudentemente situado no meio termo, o “Terceiro Debate” (Lapid, 1989) pode agora começar - não como um meio de “celebrar” a dissidência, mas principalmente como parte do empreendimento comum de desenvolver uma teoria sócio-cognitiva das relações internacionais.

EMANUEL ADLER é professor no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Hebraica de Jerusalem

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Emanuel (1991a). “Cognitive Evolution: A Dynamic Approach for the Study of International Relations and Their Progress”. In Adler and Crawford (1991), pp. 43-88.
- ADLER, Emanuel (1991b). “Seasons of Peace: Progress in Postwar International Security”. In Adler and Crawford (1991), pp. 128-73.
- ADLER, Emanuel (1992). “The Emergence of Cooperation: National Epistemic Communities and the International Evolution of the Idea of Nuclear Arms Control”. *International Organization* 46: 101-46.
- ADLER, Emanuel and Beverly Crawford (eds.) (1991). *Progress in Postwar International Relations*. New York. Columbia University Press.
- ADLER, Emanuel and Michael Barnett (1996). “Governing Anarchy: A Research Agenda for the Study of Security Communities”. *Ethics and International Affairs* 10: 63-98.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1995). *Fin de Siecle Social Theory: Relativism, Reduction and the Problem of Reason*. London. Verso.
- ALKER, Hayward R. (1996). *Rediscoveries and Reformulations: Humanistic Methodologies for International Studies*. Cambridge. Cambridge University Press.
- ALMOND, Gabriel A. and Sidney Verba (1963). *The Civic Culture*. Boston. Little, Brown.
- ANDERSON, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, revised edition. London. Verso.
- ARCHER, Margaret S. (1989). *Culture and Agency*. Cambridge. Cambridge University Press.
- ARCHER, Margaret S. (1995). *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge. Cambridge University Press.

- ASHLEY, Richard K. (1989). "Living on Border Lines: Man, Poststructuralism and War". In James Der Derian and Michael Shapiro (eds.), *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Lexington Books.
- ASHLEY, Richard K. and R. B. J. Walker (eds.) (1990). "Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies". Special Issue of *International Studies Quarterly* 34.
- BARNETT, Michael (1993). "Institutions, Role, and Disorder: The Case of the Arab States System". *International Studies Quarterly* 37: 271-296.
- BARNETT, Michael (1995). "Sovereignty, Nationalism, and Regional Order in the Arab States System". *International Organization* 49: 479-510.
- BASKHAR, Roy (1982). "Emergence, Explanation, and Emancipation", in Paul Secord (ed.), *Explaining Human Behavior: Consciousness, Human Action and Social Structure*, Beverly Hills, Sage.
- BAUDRILLARD, J. (1989). *America*. London. Verso.
- BERGER, Thomas U. (1996). "Norms, Identity, and National Security in Germany and Japan". In Katzenstein (1996a).
- BERGER, Peter L. and Thomas Luckmann (1966). *The Social Construction of Reality*. New York. Anchor.
- BERNSTEIN, Richard J. (1976). *The Restructuring of Social and Political Theory*. Pennsylvania. University of Pennsylvania Press.
- BERNSTEIN, Richard J. (1985). *Beyond Objectivism and Relativism: Science, Hermeneutics, and Praxis*. Pennsylvania. University of Pennsylvania Press.
- BIERSTEKER, Thomas J. and Cynthia Weber (eds.) (1996). *State Sovereignty as Social Construct*. Cambridge. Cambridge University Press.
- CAMPBELL, David (1996). "Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility". In Yosef Lapid and Friedrich V. Kratochwil (eds.), *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder. Lynne Rienner.
- CAPORASO, James A. (1992). "International Relations Theory and Multilateralism: The Search for Foundations". *International Organization* 46: 599-632.
- CARLSNAES, Walter (1992). "The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis". *International Studies Quarterly* 36: 245-70.
- CARR, E. H. (1964). *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. New York. Harper and Row.
- CEDERMAN, Larks Erik (1996a). "Rerunning History: Counterfactual Simulation in World Politics". In Philip E. Tetlock and Aaron Belkin (eds.), *Counterfactual Thought Experiments in World Politics*, pp. 247-67. Princeton: Princeton University Press.
- CEDERMAN, Larks Erik (1996b). "From Primordialism to Constructivism: The Quest for Flexible Models of Ethnic Conflict". Apresentado na reunião anual da American Political Science Association, San Francisco.
- CHALMERS, A. F. (1994). *What Is This Thing Called Science?* 2nd ed. Indianapolis. Hackett.
- COHEN, Ira (1987). "Structuration Theory and Social Praxis". In Anthony Giddens and Jonathan Turner (eds.). *Social Theory Today*, pp. 273-308. Stanford. Stanford University Press.
- COX, Robert W. (1986). "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory". In Robert O. Keohane (ed.), *Neorealism and Its Critics*. New York. Columbia University Press.
- COX, Robert W. (1987). *Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History*. New York. Columbia University Press.
- DAVIDSON, Donald (1963). "Actions, Reasons, and Causes". *Journal of Philosophy* 60: 685-700.
- DER DERIAN, James (1990). "The (S)pace of International Relations: Simulation, Surveillance, and Speed". *International Studies Quarterly* 34: 295-310.

- DER DERIAN, James and Michael J. Shapiro (eds.) (1989). *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Lexington. Lexington Books.
- DERRIDA, Jacques (1978). *Writing and Difference*. Chicago. The University of Chicago Press.
- DESSLER, David (1989). "What's at State in the Agent-Structure Debate?". *International Organization* 43: 441-473.
- DEUTSCH, Karl W. et al. (1957). *Political Community and the North Atlantic Area*. Princeton. Princeton University Press.
- DI MAGGIO, Paul and Walter W. Powell (eds.) (1991). *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago. The University of Chicago Press.
- DOTY, Roxanne L. (1996). *Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations*. Minneapolis. University of Minnesota Press.
- DOUGLAS, Mary (1986). *How Institutions Think*. Syracuse. Syracuse University Press.
- DOYAL, Len and Roger Harris (1986). *Empiricism, Explanation, and Rationality*. London. Routledge & Kegan Paul.
- DURKHEIM, Emile (1965). *The Elementary Forms of the Religious Life*. New York. The Free Press.
- ELSTER, Jon (1983). *Explaining Technical Change: A Case Study in the Philosophy of Science*. Cambridge. Cambridge University Press.
- ELSTER, Jon (1989). *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge. Cambridge University Press.
- EYERMAN, Ron and Andrew Jamison (eds.) (1991). *Social Movements: A Cognitive Approach*. University Park. The Pennsylvania State University Press.
- FINNEMORE, Martha (1996a). *National Interests in International Society*. Ithaca. Cornell University Press.
- FINNEMORE, Martha (1996b). "Constructing Norms of Humanitarian Intervention". In Katzenstein (1996a).
- FOUCAULT, Michel (1970). *The Order of Things: Na Archeology of The Human Sciences*. New York. Vintage Books.
- FOUCAULT, Michel (1980). *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*, ed. Colin Gordon, New York. Pantheon.
- FOUCAULT, Michel (1984). "Nietzsche, Genealogy, History". In Paul Rabinow (ed.), *The Foucault Reader*, pp. 76-100. London. Penguin.
- FUCHS, Stephan (1992). *The Professional Quest for Truth: A Social Theory of Science and Knowledge*. Albany. State University of New York Press.
- GARFINKEL, Harold (1984). *Studies in Ethnomethodology*. Oxford. Polity Press.
- GEERTZ, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York. Basic Books.
- GEORGE, Alexander L. (1979). "Case-Studies and Theory Development: The Method of Structured, Focused Comparison". In Paul G. Lauren (ed.), *Diplomacy: New Approaches in History, Theory, and Policy*, pp. 43-68. New York. Free Press.
- GEORGE, Jim and David Campbell (1990). "Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations". *International Studies Quarterly* 34: 269-93.
- GIBBONS, Michael T. (1987). "Introduction: the Politics of Interpretation". In Michael T. Gibbons (ed.), *Interpreting Politics*. New York. New York University Press.
- GIDDENS, Anthony (1979). *Central Problems in Social Theory*. Berkeley. University of California Press.
- GIDDENS, Anthony (1984). *The Constitution of Society*. Berkeley. University of California Press.
- GILPIN, Robert (1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge. Cambridge University Press.

- GOLDSTEIN, Judith and Robert O. Keohane (eds.) (1993a). *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Ithaca. Cornell University Press.
- GOLDSTEIN, Judith and Robert O. Keohane (1993b). "Ideas and Foreign Policy: Na Analytical Framework". In Goldstein and Keohane (1993a). Ithaca. Cornell University Press.
- GOULD, Stephen Jay (1989). *Wonderful Life: the Burgess Shale and the Nature of History*. New York. W.W. Norton.
- HAAS, Ernst B. (1990a). *When Knowledge is Power*. Berkeley. University of California Press.
- HAAS, Ernst B. (1990b). "Reason and Change in International Life: Justifying a Hypothesis". *Journal of International Affairs* 44: 209-240.
- HAAS, Peter M. (1990). *Saving the Mediterranean: The Politics of International Environmental Cooperation*. New York. Columbia University Press.
- HAAS, Peter M. (ed.) (1992) "Knowledge, Power, and International Policy Coordination". Special Issue of *International Organization* 46.
- HABERMAS, Jürgen (1970). "On Systematically Distorted Communication". *Inquiry* 13: 205-18.
- HABERMAS, Jürgen (1971). *Knowledge and Human Interests*, translated by Jeremy J. Shapiro. Boston. Beacon Press.
- HABERMAS, Jürgen (1984). *The Theory of Communicative Action*, Vol. 1, translated by Thomas McCarthy. Boston. Beacon Press.
- HACKING, Ian (1981). *Scientific Revolutions*. Oxford. Oxford University Press.
- HACKING, Ian (1983). *Representing and Intervening: Introductory Topics in the Philosophy of Natural Science*. Cambridge. Cambridge University Press.
- HALL, John A. (1993). "Ideas and the Social Sciences". In Goldstein and Keohane (1993a).
- HALL, Peter (1989). "Conclusion: The Politics of Keynesian Ideas". In Peter Hall (ed.), *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism Across Nations*. Princeton. Princeton University Press.
- HARRE, Rom (1972). *The Philosophies of Science*. Oxford. Oxford University Press.
- HARRE, Rom and Grant Gillet (1994). *The Discursive Mind*. Thousand Oaks. Sage.
- HEIDEGGER, Martin (1962). *Being and Time*, translated by John Macquarrie and Edward Robinson. London. SCM Press.
- HERMAN, Richard (1988). "The Empirical Challenge of the Cognitive Revolution". *International Studies Quarterly* 32: 175-204.
- HOFFMAN, Mark (1987). "Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate". *Millennium* 16: 231-49.
- HOLLIS, Martin (1996). "The Last Post?". In Steve Smith, Ken Booth, and Marysia Zalewski (eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*, pp. 301-08. Cambridge. Cambridge University Press.
- HOLLIS, Martin and Steve Smith (1990). *Explaining and Understanding International Relations*. New York. Oxford University Press.
- HOLLIS, Martin and Steve Smith (1991). "Beware of Gurus: Structure and Action in International Relations". *Review of International Studies* 17: 393-410.
- HOWE, Paul (1994). "The Utopian Realism of E. H. Carr". *Review of International Studies* 20: 277-97.
- HUSSERL, Edmund (1962). *General Introduction to Pure Phenomenology*, translated by W. R. Boyce Gibson. New York. Collier.
- JAMES, William (1975). *The Works of William James: Pragmatism*. Fredson Bowers and Ignas K. Skrupskelis (eds.). Cambridge. Harvard University Press.
- JEPPERSON, Ronald L., Alexander Wendt, and Peter J. Katzenstein (1996). "Norms, Identity, and Culture in National Security". In Katzenstein (1996a), pp. 33-75.
- JERVIS, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton. Princeton University Press.
- JERVIS, Robert (1988). "The Political Effects of Nuclear Weapons: A Comment". *International Security* 13: 80-90.

- JOHNSTON, Alastair I. (1995). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. Princeton University Press.
- KAHNEMAN, Daniel, Paul Slovic, and Amos Tversky (eds.) (1982). *Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. Cambridge. Cambridge University Press.
- KAPLAN, Morton A. (1957). *System and Poces in International Politics*. New York. John Wiley and Sons.
- KATZENSTEIN, Peter J. (1996a). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York. Columbia University Press.
- KATZENSTEIN, Peter J. (1996b). *Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan*. Ithaca. Cornell University Press.
- KAUFFMAN, Stuart (1995). *At Home In the Universe: The Search for the Laws of Self-Organization and Complexity*. Oxford. Oxford University Press.
- KEOHANE, Robert O. (1984). *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton. Princeton University Press.
- KEOHANE, Robert O. (1988). "International Institutions: Two Approaches". *International Studies Quarterly* 32: 379-396.
- KIER, Elizabeth L. (1996). "Culture and French Military Doctrine Before World War II". In Katzenstein (1996a), pp. 186-215.
- KIER, elizabeth L. (no prelo). *Imagining War: French and British Military Doctrine Between the Wars*. Princeton. Princeton University Press.
- KING, Gary, Robert O. Keohane, and Sidney Verba (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton. Princeton University Press.
- KLOTZ, Audi (1992). "Reconstituting Interests: Interpretive Analysis of Norms in International Relations". Revised draft. University of Southern California, Los Angeles.
- KLOTZ, Audi (1995). *Protesting Prejudice: Apartheid and the Politics of Norms in International Relations*. Ithaca: Cornell University Press.
- KNORR-CETINA, Karin D. (1993). *Taking the Naturalistic Turn or How Real Philosophy of Science is Done: Conversations with William Bechtel et al.*, organized and moderated by W. Callebaut. Chicago. The University of Chicago Press.
- KOSLOWSKI, Rey and Friedrich V. Kratochwil (1995). "Understanding Change in International Politics: The Soviet Empire's Demise and the International System". In Richard Ned Lebow and Thomas Risse-Kappen (eds.), *International Relations Theory and the End of the Cold War*. New York. Columbia University Press.
- KRASNER, Stephen D. (ed.) (1983). *International Regimes*. Ithaca. Cornell University Press.
- KRASNER, Stephen D. (1985). *Structural Conflict*. Berkeley. University of California Press.
- KRASNER, Stephen D. (1993). "Westphalia and all That". In Goldstein and Keohane (1993a), pp. 235-264.
- KRATOCHWIL, Friedrich (1989). *Rules, Norms, and Decisions*. Cambridge. Cambridge University Press.
- KRATOCHWIL, Friedrich and John G. Ruggie (1986). "International Organization: A State of the Art on na Art of the State". *International Organization* 40: 753-775.
- KRITZER, Herbert (1990). "The Data Puzzle: The Nature of Interpretation in Quantitative Research". *American Journal of Political Science* 40: 1-32.
- KUHN, Thomas (1970). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago. The University of Chicago Press.
- LAPID, Yosef (1989). "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era". *International Studies Quarterly* 33: 235-254.
- LAUDAN, Larry (1990). *Science and Relativism*. Chicago. The University of Chicago Press.
- LEGRO, Jeffrey (1995). *Cooperation Under Fire*. Ithaca. Cornell University Press.

- LINKLATER, Andrew (1989). *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. London, Macmillan.
- LINKLATER, Andrew (1996). "The Achievements of Critical Theory". In Steve Smith, Ken Booth and Marysia Zalewski (eds.), *International Theory: Positivism and Beyond*, pp. 279-98. Cambridge. Cambridge University Press.
- LYNCH, Cecelia (1994). "E. H. Carr, International Relations Theory, and the Societal Origins of International Legal Norms". *Millennium* 23: 589-620.
- LYNCH, Cecelia and Audie Klotz (1996). "Constructivism: Past Agendas and Future Directions". Paper presented at the annual Meeting of the American Political Science Association. San Francisco.
- MAOZ, Zeev and Bruce M. Russett (1993). "Normative and Structural Causes of Democratic Peace, 1946-86". *American Political Science Review* 87: 624-38.
- MEAD, George H. (1934). *Mind, Self, and Society*, edited by C. W. Morris. Chicago. The University of Chicago Press.
- MEARSHEIMER, John J. (1994/95). "The False Promise of International Institutions". *International Security* 19: 5-49.
- MERCER, Jonathan (1995). "Anarchy and Identity". *International Organization* 49: 229-252.
- MOELSKI, Geoge (1990). "Is World Politics Evolutionary Learning?". *International Organization* 44: 1-24.
- MODELSKI, George (1996). "Evolutionary Paradigm for Global Politics". *International Studies Quarterly* 40: 321-42.
- MORGENTHAU, Hans (1960). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York. Knopf.
- MUELLER, John (1989). *Retreat From Doomsday: the Obsolescence of Major War*. New York. Basic Books.
- NEUFELD, Mark (1995). *The Restructuring of International Relations Theory*. Cambridge. Cambridge University Press.
- NEUMANN, Iver (1994). "A Security Community-Building Approach to Northern Europe". *Review of International Studies* 20: 54-74.
- ONUF, Nicholas (1989). *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia. University of South Carolina Press.
- OREN, Ido (1995). "The Subjectivity of the 'Democratic' Peace: Changing U.S. Perceptions of Imperial Germany". *International Security* 20: 147-84.
- OWEN, John M. (1994). "How Liberalism Produces Democratic Peace". *International Security* 19: 87-125.
- PASIC, Amir (1996). "Preserving Collective Identity: Lessons From Evolutionary Thought". Apresentado na reunião anual da American Political Science Association, San Francisco.
- PEIRCE, Charles Sanders (1992). *Reasoning and the Logic of Things*, edited by K. Ketner and H. Putnam. Cambridge. Harvard University Press.
- POLKINGHORNE, Donald (1986). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. Albany. SUNY Press.
- POPPER, Karl R. (1982a). *The Open Universe: Na Argument for Indeterminism*, edited by W.W. Bartley, III. Totowa. Rowman and Littlefield.
- POPPER, Karl R. (1992b). "The Place of Mind in Nature". In Richard Q. Elvee (ed.). *Mind in Nature*. San Francisco. Harper & Row.
- PRICE, Richard (1995). "A Genealogy of the Chemical Weapons Taboo". *International Organization* 49: 73-103.
- PRICE, Richard and Nina Tannenwald (1996). "Norms and Deterrence: The Nuclear and Chemical Weapons Taboos." In Katzenstein (1996a), pp. 114-52.
- PUTNAM, Hillary (1995). *Pragmatism*. Cambridge. Blackwell.
- PUTNAM, Robert D. (1988). "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games". *International Organization* 42: 427-460.

- QUINE, Willard van Orman (1961). "Two Dogmas of Empiricism". In Willard van Orman Quine (ed.), *From a Logical Point of View*. New York. Harper and Row.
- RAWLS, John (1955). "Two Concepts of Rules". *Philosophical Review* 64: 3-32.
- RAY, James L. (1993). "Wars Between Democracies: Rare or Nonexistent?". *International Interactions* 18: 251-76.
- RISSE-KAPPEN, Thomas (1994). "Ideas Do Not Float Reely: Transnational Coalitions, Democratic Structures, and the End of the Cold War". *International Organization* 48: 185-214.
- RISSE-KAPPEN, Thomas (1995). *Cooperation among Democracies: The European Influence on U.S. Foreign Policy*. Princeton. Princeton University Press.
- ROSENAU, Pauline M. (1992). *Post-Modernism and the Social Sciences: Insights, Inroads, and Intrusions*. Princeton. Princeton University Press.
- ROSENBERG, Alexander (1988). *Philosophy of Social Science*. Boulder. Westview.
- ROSS, Marc H. (1993). *The Culture of Conflict: Interpretations and Interests in Coparrative Perspective*. New Haven. Yale University Press.
- ROWLANDS, Ian H. (1992). "The International Politics of Environment and Development: The Post-UNCED Agenda". *Millennium*.
- RUGGIE, John G. (1983). "Continuity and Transformation in the World Polity: Toward a Neorealist Synthesis". *World Politics* 35: 261-285.
- RUGGIE, John G. (1993). "Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations". *International Organization* 47: 139-174.
- RUGGIE, John G. (1995). "Peace in Our Time? Causality, Social Facts, and Narrative Knowing". *American Society of International Law Proceedings*, 89th Annual Meeting: 93-100.
- RUNCIMAN, G. (ed.) (1978). *Weber: Selections in Translation*. Cambridge. Cambridge University Press.
- RUNYAN, Anne Sisson and V. Spike Peterson (1991). "The Radical Future of Realism: Feminist Subversions of IR Theory". *Alternatives* 16: 67-106.
- RUSSETT, Bruce M. (1993). *Grasping the Democratic Peace: Principles for a Post-cold War World*. Princeton. Princeton University Press.
- SHELLING, Thomas C. (1960). *The Strategy of Conflict*. Cambridge. Harvard University Press.
- SCHUTZ, Alfred (1962). *Collected Papers*, Vol. 1, edited by Maurice Natanson. The Hague. Martinus Nijhoff.
- SCHUTZ, Alfred (1977). "Concept and Theory Formation in the Social Sciences". In Fred Dallmayr and Thomas A. McCarthy (eds.), *Understanding and Social Inquiry*. Notre Dame. University of Notre Dame Press.
- SEARLE, John R. (1995). *The Construction of Social Reality*. New York. The Free Press.
- SIKKINK, Kathryn (1993). "The Power of Principled Ideas: Human Rights Policies in the United States and Western Europe". In Goldstein and Keohane (1993a).
- SMITH, Steve (1988). "Belief Systems and the Study of International Relations". In Richard Little and Steve Smith (eds.). *Belief Systems and International Relations*. Oxford. Blackwell.
- SMITH, Steve (1996). "Positivism and Beyond". In Steve Smith, Ken Booth and Marysia Zalewski (eds.) *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge. Cambridge University Press.
- SPRUYT, Hendrik (1994a). "Institutional Selection in International Relations: State Anarchy as Order". *International Organization* 48: 527-557.
- SPRUYT, Hendrik (1994b). *The Sovereign State and its Competitors*. Princeton. Princeton University Press.
- STEIN, Arthur A. (1983). "Coordination and Collaboration: Regimes in na Anarchiv World". In Stephan D. Krasner (ed.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press.

- STRANG, David (1996). "Contested sovereignty: The Social Construction of Colonial Imperialism". In Thomas J. Biersteker and Cynthia Weber (eds.), *State Sovereignty as Social Construct*. Cambridge. Cambridge University Press.
- TAYLOR, Charles (1979). "Interpretation and the Sciences of Man". In Paul Rabinow and William M. Sullivan (eds.), *Interpretive Social Science a Reader*. Berkeley: University of California Press.
- TETLOCK, Philip and Charles McGuire, Jr. (1986). "Cognitive Perspectives on Foreign Policy". In Samuel Long (ed.), *Political Behavior annual*. Vol. 1, pp. 255-273. Boulder. Westview.
- THOMAS, Daniel (1991). "Social Movements and International Institutions: A Preliminary Framework". Apresentado na reunião anual da American Political Science Association, Washington D.C.
- TICKNER, J. Ann (1992). *Gender in International Relations*. New York. Columbia University Press.
- TOULMIN, Stephen (1972). *Human Understanding*. Princeton. Princeton University Press.
- TOULMIN, Stephen (1982). *The Return of Cosmology*. Berkeley. University of California Press.
- VASQUES, John A. (1995). "The Post-Positivist Debate: Reconstructing Scientific Enquiry and International Relations Theory After Enlightenment's Fall". In Ken Booth and Steve Smith (eds.), *International Relations Theory Today*. Oxford. Polity Press.
- WALDROP, Mitchell M. (1992). *Complexity: The Emerging Science at the Edge of Order and Chaos*. New York, Simon & Schuster.
- WALTZ, Kenneth N. (1979). *Theory of International Politics*. Reading. Addison-Wesley.
- WEAVER, Ole (1995). "Insecurity, Security and Asecurity in the West European Non War-Community". Apresentado na conferência sobre "Security Communities in Comparative Perspective". The Carnegie Council on Ethics and International Relations. New York City (December, 1-2).
- WEBER, Max (1958). "The Social Psychology of the World Religions". In H.H. Gerth and C. Wright Mills (eds.), *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York. Oxford University Press.
- WELDES, Jutta (1996). "Constructing National Interests". *European Journal of International Relations* 2: 275-318.
- WENDT, Alex (1987). "The Agent-Structure Problem in International Relations theory". *International Organization* 41: 335-370.
- WENDT, Alex (1992). "Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics". *International Organization* 46: 391-425.
- WENDT, Alex (1994a). "Collective Identity Formation and the International State". *American Political Science Review* 88: 384-396.
- WENDT, Alex (1994b). "Ideas, Foreign Policy, and Constructivism". Apresentado na reunião anual do American Political Science Association. New York City.
- WENDT, Alex (1995). "Constructing International Politics". *International Security* 20: 71-81.
- WENDT, Alex (no prelo). *A Social Theory of International Politics*. Cambridge. Cambridge University Press.
- WILLIAMS, Michael C. (1996). "The Institutions of Security". Apresentado na reunião anual da International Studies Association. San Diego.
- WINCH, Peter (1958). *The Idea of a Social Science*. London. Routledge & Kegan Paul.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1953). *Philosophical Investigations*. Oxford. Blackwell.
- WOOLGAR, Steve (1983). "Irony in the Social Study of Science". In Karin D. Knorr-Cetina and Michael Mulkay (eds.), *Science Observed*. Beverly Hills. Sage.
- YEE, Albert S. (1996). "The Causal Effects of Ideas on Policies". *International Organization* 50: 69-108.
- ZABUSKY, Stacia E. (1995). *Launching Space: an Ethnography of European Cooperation in Space Science*. Princeton. Princeton University Press.

O CONSTRUTIVISMO NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EMANUEL ADLER

A abordagem construtivista no estudo das relações internacionais é submetida a um exame, com ênfase nas questões epistemológicas que ela suscita e na importância da dimensão sócio-cognitiva na sua formulação e aplicação.

CONSTRUCTIVISM IN WORLD POLITICS

The constructivist approach to the study of international relations is subjected to an examination, with emphasis on the epistemological questions it raises and on the social-cognitive dimension of its formulation and application.